



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Crenças acerca da Violência Conjugal e Agressão em Estudantes Universitários

(Versão Definitiva após Defesa Pública)

Mariana Aparício Araújo

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Manuel Loureiro

Covilhã, julho de 2018

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Manuel Loureiro pela sua orientação e pela sua disponibilidade no esclarecimento de todas as minhas dúvidas ao longo da realização desta Dissertação.

Não posso deixar de agradecer aos meus pais todo o carinho e apoio incondicional que sempre me deram ao longo de todas as fases da minha vida.

À minha irmã por todo o auxílio em todas as decisões que fui tomando e por enfrentar comigo todos os momentos mais difíceis, dando-me força para os ultrapassar.

Ao Ricardo pelo amor, apoio, paciência e compreensão que demonstrou em todos os momentos que não pudemos estar juntos.

Às minhas amigas, que me acompanharam ao longo de todo o percurso académico e pessoal e me proporcionaram momentos que irei guardar sempre na minha memória.

Resumo

A representação da violência tem sido um fenómeno que sofreu alterações ao longo das décadas, começando por ser encarada com um assunto privado e até algo banal, mas com o aumento da consciência por parte da sociedade da gravidade deste comportamento e dos direitos de cada indivíduo, passou a ser detetado, exposto e condenado. Contudo, apesar destas evoluções, este é um comportamento que é ainda muito prevalente, provavelmente pelas crenças que continuam a verificar-se na população, não sendo uma temática que se possa considerar resolvida.

Deste modo, o presente trabalho centrou-se no estudo da relação entre as crenças acerca da violência conjugal e a predisposição para a agressão, com o objetivo de compreender a possível existência de diferenças nas crenças acerca da violência conjugal e na agressão em função do género, do curso e do estado civil. Para tal, foram utilizados o Questionário Sociodemográfico, a Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal e o Questionário da Agressão.

Através da análise estatística, concluiu-se que apenas houve diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças acerca da violência conjugal em função do género e do curso e ao nível da agressão em função do género. Por outro lado, observou-se uma associação das crenças de legitimação e banalização da pequena violência e das crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher com a agressão física, raiva e hostilidade, existindo, ainda, uma associação entre as crenças da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar e a agressão física e a hostilidade.

Palavras-chave

Violência, agressão, crenças acerca da violência conjugal, estudantes universitários, género, curso, estado civil.

Abstract

The representation of violence has been a phenomenon that has undergone some changes over the past decades, as it used to be seen as a private and even banal subject, but due to the increase in society's awareness of the seriousness of this behavior and the rights of each individual, it started to be detected, exposed and condemned. However, despite these evolutions, this behavior is still quite prevalent, probably because of the beliefs that still exist in our population and, thus, it can't be considered a thematic that is considered solved.

Therefore, the present work focused on the study of the relationship between beliefs about conjugal violence and the predisposition to aggression, and it aimed to understand the possible existence of differences in beliefs about conjugal violence and in aggression according to gender, course, and marital status. For that, the Sociodemographic Questionnaire, the Beliefs Scale about Conjugal Violence¹ and the Aggression Questionnaire were used.

Through the statistical analysis, it was concluded that there were only statistically significant differences in the beliefs about conjugal violence according to gender and course, and in the level of aggression in respect to gender. On the other hand, there was an association between beliefs of legitimation and banalization of the small violence and of the beliefs of legitimization and banalization of the violence by women's conduct with physical aggression, anger and hostility; it was also verified an association between the beliefs of the legitimation of violence for the preservation of family privacy and physical aggression and hostility.

Keywords

Violence, aggression, beliefs about conjugal violence, college students, gender, course, marital status.

¹ Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Fundamentação teórica	3
1.1. Violência conjugal	3
1.1.1. Operacionalização conceitual	3
1.1.2. Modelos teóricos da violência conjugal	8
1.1.3. Fatores de risco para a violência.....	9
1.1.4. Causas e consequências.....	10
1.1.5. Crenças acerca da violência conjugal	12
1.2. Agressão	14
1.2.1. Operacionalização conceitual	14
1.2.2. Modelos teóricos da agressão	16
1.2.3. Fatores de influência.....	23
1.3. Dados da investigação	30
1.4. Objetivos e hipóteses	35
Capítulo 2 - Método	41
2.1. Participantes	41
2.2. Instrumentos.....	42
2.2.1. Questionário sociodemográfico.....	42
2.2.2. Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal (E.C.V.C.).....	42
2.2.3. Questionário da Agressão (Q.A.)	43
2.3. Procedimento.....	45
Capítulo 3 - Resultados	47
3.1. Crenças acerca da violência conjugal	50
3.1.1. Género	50
3.1.2. Curso	52
3.1.3. Estado civil	53
3.2. Agressão	54
3.2.1. Género	54
3.2.2. Curso	55
3.2.3. Estado civil	57
3.3. Relação entre crenças acerca da violência conjugal e agressão	58
Capítulo 4 - Discussão	63
Conclusão	67
Referências bibliográficas	71
Anexos	83

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Legislação Portuguesa, Código Penal

Tabela 2 - Formas de Perpetração da Violência Conjugal (Adaptado de Machado e Gonçalves, 2003)

Tabela 3 - Distribuição dos Participantes por Idade

Tabela 4 - Distribuição dos Participantes por Género

Tabela 5 - Distribuição dos Participantes por Nacionalidade

Tabela 6 - Distribuição dos Participantes por Outra Nacionalidade

Tabela 7 - Distribuição dos Participantes por Curso

Tabela 8 - Distribuição dos Participantes por Orientação Sexual

Tabela 9 - Distribuição dos Participantes por Outra Orientação Sexual

Tabela 10 - Distribuição dos Participantes por Estado Civil

Tabela 11 - Distribuição dos Participantes por Natureza da Relação

Tabela 12 - Género e Fatores da E.C.V.C.

Tabela 13 - Curso e Fatores da E.C.V.C.

Tabela 14 - Estado Civil e Fatores da E.C.V.C.

Tabela 15 - Género e Fatores do Q.A.

Tabela 16 - Curso e Fatores do Q.A.

Tabela 17 - Estado Civil e Fatores do Q.A.

Tabela 18 - Legitimação e Banalização da Pequena Violência (ECVC_F1) e Dimensões da Agressão (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4)

Tabela 19 - Legitimação da Violência pela Conduta da Mulher (ECVC_F2) e Dimensões da Agressão (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4)

Tabela 20 - Legitimação da Violência pela sua Atribuição a Causas Externas (ECVC_F3) e Dimensões da Agressão (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4)

Tabela 21 - Legitimação da Violência pela Preservação da Privacidade Familiar (ECVC_F4) e Dimensões da Agressão (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4)

Lista de Acrónimos

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
SMS	Servicio Murciano de Salud
NFVS	National Family Violence Survey
UCR	Uniform Crime Report
FBI	Federal Bureau of Investigation
QI	Quociente de Inteligência
E.C.V.C.	Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal
ECVC_F1	Legitimação e banalização da pequena violência
ECVC_F2	Legitimação da violência pela conduta da mulher
ECVC_F3	Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas
ECVC_F4	Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar
Q.A.	Questionário da Agressão
QA_F1	Agressão física
QA_F2	Agressão verbal
QA_F3	Raiva
QA_F4	Hostilidade
USF	Unidade de Saúde Familiar
CD	Ciências do Desporto
CPRI	Ciências Políticas e Relações Internacionais
ECON	Economia
GEST	Gestão
MKT	Marketing
PSI	Psicologia
SOC	Sociologia

Introdução

A presente Dissertação pretende explorar a relação entre as crenças acerca da violência conjugal e a agressão, devido à existência de evidências de que estas crenças possam estar associadas à perpetração de atos abusivos contra os parceiros (Nabors, Dietz, & Jasinski, 2006).

O fenómeno da violência encontra-se associado a diversas representações sociais que definem o que é considerado violento ou não-violento atendendo às diferentes situações. Para além disto, as crenças pessoais desempenham, igualmente, um papel importante na categorização dos comportamentos violentos (Nabors et al., 2006; Ventura, Frederico-Ferreira, & Magalhães, 2013). Neste sentido, segundo Matos, Machado, Caridade e Silva (2006, p. 69):

As crenças (de legitimação da violência) aumentam o risco de responsabilização da vítima pelas ocorrências, promovem a desculpabilização do agressor, privatizam o problema dos maus-tratos, banalizam a experiência da vítima, negam a gravidade dos maus-tratos, não reconhecem a sua dimensão criminal e podem conduzir a posturas de não denúncia e de não intervenção.

Atendendo ao facto de um em cada quatro estudantes universitários estarem envolvidos em relações de namoro violentas (Caridade, & Machado, 2006; Miller, 2011) e de 25% dos estudantes universitários de ambos os géneros serem permissivos face à violência doméstica (Mwamweda, 1999), denota-se a relevância de tentar compreender as crenças subjacentes a este comportamento.

Apesar de, com base no estudo de Ventura et al. (2013), a maioria dos jovens discordar das crenças legitimadoras da violência, constata-se que 11.8% dos mesmos tende a desculpabilizar o agressor, atribuindo as condutas violentas a causas externas. Deste modo, as principais justificações apresentadas pelos jovens estudantes para a legitimação da violência conjugal são as características da vítima (e.g., provocação da vítima) e os fatores externos ao agressor (e.g., abuso de álcool, desemprego; Ribeiro, & Sani, 2008).

Tendo em conta que se tem comprovado uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a legitimação da violência e o comportamento agressivo (Machado, Macieira, & Carreiras, 2010), o objetivo da presente investigação foi averiguar a possível relação entre as crenças acerca da violência conjugal e a predisposição para a agressão, nomeadamente em termos do género, do curso e do estado civil.

No sentido de fornecer uma melhor compreensão relativamente às crenças acerca da violência conjugal e agressão, este documento encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentado uma fundamentação teórica, que engloba a operacionalização concetual dos construtos (crenças acerca da violência conjugal e agressão), em termos de definição dos mesmos e dos modelos teóricos que os explicam. Ainda, no primeiro capítulo, são referidos alguns dados de investigações encontrados sobre as temáticas, terminando o capítulo com a definição dos objetivos e hipóteses para a investigação.

Num segundo capítulo são abordados os aspetos metodológicos da investigação, isto é, a descrição dos participantes, dos instrumentos utilizados (Questionário sociodemográfico, Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal e Questionário da Agressão) e os procedimentos aos quais se recorreu para proceder à investigação.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos na presente investigação, em termos do género, do curso e do estado civil dos participantes. Ainda neste capítulo são explorados os resultados da relação entre as crenças de violência conjugal e a agressão.

No quarto capítulo procede-se à discussão dos resultados obtidos, comparando-os com os dados existentes na literatura.

Por fim, este trabalho termina com uma reflexão geral, na qual se incluem as principais implicações práticas dos resultados alcançados, as limitações do presente estudo e sugestões para pesquisas futuras.

Capítulo 1 - Fundamentação teórica

Neste capítulo irei centrar-me na definição da violência conjugal, nomeadamente a sua operacionalização concetual, os modelos teóricos subjacentes à mesma, os fatores de risco, as suas causas e consequências, bem como as crenças acerca da violência conjugal.

Será, igualmente, abordada a operacionalização concetual da agressão, juntamente com a distinção entre agressão e violência, e entre agressão e agressividade e, por fim, a exploração das diferentes teorias explicativas da agressão.

Numa terceira parte do capítulo serão descritos alguns dados de investigação relacionados com o tema em questão, finalizando com os objetivos e hipóteses da presente investigação.

1.1. Violência conjugal

1.1.1. Operacionalização concetual

Atualmente somos testemunhas, quer direta quer indiretamente, de cenários de violência no mundo ou perto de nós, seja por guerras, atentados, suicídios ou assassinatos. Assim, ao longo dos anos foram surgindo mudanças no sentido de uma maior consciencialização acerca da violência dentro das famílias.

Etiologicamente, a palavra “violência” vem do latim e significa “força” (Dufrenne, 1976), nomeadamente o uso da força designado a exercer uma coação (Fischer, 1992), e caracteriza-se pelo recurso a meios físicos para atingir outrem. A definição de violência, tal como muitos outros conceitos e definições, pode ser passível de discussão, dependendo, por exemplo, da cultura na qual o indivíduo se insere.

De forma geral, pode definir-se a violência como um comportamento cuja intenção é causar dano a outra pessoa, ou como qualquer ato que tenha como objetivo infligir, direta ou indiretamente, dor física, mental ou sexual através de ameaças, coação ou enganos, a outro indivíduo. É de referir que a palavra “intenção” é central, pois qualquer tipo de dano físico ou psicológico que ocorra por acidente e não por intenção, não é considerado violência (Englander, 1997).

Segundo Michaud (1978), estamos perante uma situação de violência quando, num contexto de interação, um ou mais atores agem de forma direta ou indireta, com a finalidade de atacar o outro em diferentes graus, quer seja na sua integridade física ou na sua

integridade moral. A violência pode assumir variadas formas e extremos desde apenas ameaçar até ferir ou matar.

Pode considerar-se que existem três tipos de violência principais, nomeadamente a violência física, violência psicológica ou emocional e violência sexual. A violência física é uma ação ou omissão que provoca dano à integridade física da pessoa. Por violência psicológica entende-se serem ameaças, diretas ou indiretas, humilhação ou qualquer outro tipo de comportamento cuja consequência é um prejuízo na saúde psicológica ou desenvolvimento pessoal da pessoa. Por fim, a violência sexual é uma ação que obriga uma pessoa a participar em relações sexuais através do uso da força, intimidação ou manipulação, eliminando, desta forma, a vontade e liberdade pessoal (APAV, 1998).

Outros tipos de violência considerados são a violência de rua, a violência doméstica e o *pan-violence*. A primeira inclui o homicídio, o ataque, a violência juvenil e o ataque sexual. Por sua vez, a violência doméstica diz respeito ao abuso infantil (físico, sexual, negligência ou abuso psicológico ou emocional), ao abuso do cônjuge (físico - empurrões e/ou bofetadas -, sexual - violação do cônjuge -, e violência no namoro). Por fim, existe o *pan-violence*, que define os indivíduos que são violentos tanto em casa (com os elementos da família) como na rua (Englander, 1977).

Em Portugal, a legislação pune qualquer ato de violência, seja direta ou indiretamente física e/ou psicológica, ou qualquer ato de negligência, por tentativa ou pela concretização da ação. Na Tabela 1 é possível observar a legislação vigente, mais especificamente o que está previsto no Código Penal Português, relativamente à violência contra as pessoas, independentemente das suas relações.

Tabela 1
Legislação Portuguesa, Código Penal

<p>Código Penal - Livro II - Parte Especial - Título I - Dos crimes contra as pessoas - Capítulo I - Dos crimes contra a vida</p>	<p>Artigo 131º Homicídio Artigo 132º Homicídio qualificado Artigo 133º Homicídio privilegiado Artigo 134º Homicídio a pedido da vítima Artigo 135º Incitamento ou ajuda ao suicídio Artigo 136º Infanticídio Artigo 137º Homicídio por negligência Artigo 138º Exposição ou abandono Artigo 139º Propaganda do suicídio.</p>
<p>Código Penal - Livro II - Parte Especial - Título I - Dos crimes contra as pessoas - Capítulo II - Dos crimes contra a vida intra-uterina</p>	<p>Artigo 140º Aborto Artigo 141º Aborto agravado Artigo 142º Interrupção da gravidez não punível</p>

<p>Código Penal - Livro II - Parte Especial - Título I - Dos crimes contra as pessoas - Capítulo III - Dos crimes contra a integridade física</p>	<p>Artigo 143º Ofensa à integridade física simples Artigo 144º Ofensa à integridade física grave Artigo 145º Ofensa à integridade física qualificada Artigo 146º Ofensa à integridade física privilegiada Artigo 147º Agravamento pelo resultado Artigo 148º Ofensa à integridade física por negligência Artigo 151º Participação em rixa Artigo 152º Violência doméstica Artigo 152º - A Maus Tratos Artigo 152º - B Violação de regras de segurança</p>
<p>Código Penal - Livro II - Parte Especial - Título I - Dos crimes contra as pessoas - Capítulo IV - Dos crimes contra a liberdade sexual</p>	<p>Artigo 153º Ameaça Artigo 154º Coação Artigo 158º Sequestro Artigo 159º Escravidão Artigo 160º Tráfico de pessoas Artigo 161º Rapto Artigo 162º Tomada de reféns</p>
<p>Código Penal - Livro II - Parte especial - Título I - Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual - Secção I - Crimes contra a liberdade sexual</p>	<p>Artigo 163º Coerção sexual Artigo 164º Violação Artigo 165º Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência Artigo 166º Abuso sexual de pessoa internada Artigo 167º Fraude sexual Artigo 170º Importunação sexual</p>
<p>Código Penal - Livro II - Parte especial - Título I - Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual - Secção II - Crimes contra a autodeterminação sexual</p>	<p>Artigo 171º Abuso sexual de crianças Artigo 172º Abuso sexual de menores dependentes Artigo 173º Ato sexual com adolescentes Artigo 174º Recurso à prostituição de menores Artigo 175º Lenocínio de menores Artigo 176º Pornografia de menores Artigo 177º Agravamento Artigo 178º Queixa Artigo 179º Inibição de poder paternal e proibição de exercício de funções</p>
<p>Código Penal - Livro II - Parte Especial - Título I - Dos crimes contra as pessoas - Capítulo VI - Dos crimes contra a honra</p>	<p>Artigo 180º Difamação Artigo 181º Injúria Artigo 182º Equiparação Artigo 183º Publicidade e calúnia Artigo 184º Agravamento Artigo 185º Ofensa à memória de pessoa falecida Artigo 186º Dispensa de pena Artigo 187º Ofensa a organismo, serviço ou pessoa coletiva Artigo 188º Procedimento criminal Artigo 189º Conhecimento público da sentença condenatória</p>
<p>Código Penal - Livro II - Parte Especial - Título I - Dos crimes contra as pessoas - Capítulo VI - Dos crimes contra a reserva da vida privada</p>	<p>Artigo 190º Violação de domicílio ou perturbação da vida privada Artigo 191º Introdução em lugar vedado ao público Artigo 192º Devassa da vida privada Artigo 193º Devassa por meio de informática Artigo 194º Violação de correspondência ou de telecomunicações Artigo 195º Violação de segredo Artigo 196º Aproveitamento indevido de segredo Artigo 197º Agravamento Artigo 198º Queixa</p>
<p>Código Penal - Livro II - Parte Especial - Título I - Dos crimes contra as pessoas - Capítulo VI - Dos crimes contra outros bens jurídicos pessoais</p>	<p>Artigo 199º Gravações e fotografias ilícitas Artigo 200º Omissão de auxílio Artigo 201º Subtração às garantias do Estado de direito português</p>

As relações conjugais são a união de duas identidades individuais que se (re)definem como uma díade e um ser único, sendo necessário, para tal, um conjunto de negociações. Estas negociações podem ocorrer de forma pacífica ou, então, partindo para a violência, baseada na noção do que é ser homem e mulher (Féres-Carneiro, 1998). Embora inúmeros movimentos feministas tenham surgido com o objetivo de mudar a concepção de homem e de mulher, poucas mudanças foram observadas. Estas concepções estão enraizadas na cultura de cada país, refletindo uma polaridade entre estes, no sentido em que o homem é visto como ativo e a mulher como passiva. Assim, esta noção contribui para o surgimento de violência, devido ao facto de um se considerar superior ao outro e, por sua vez, ser esperado que o outro se submeta aos seus interesses. Ao se considerar o homem como o mais forte e mais agressivo, torna-se socialmente mais aceitável que a mulher agrida o marido em casos de autodefesa (Alvim, & Souza, 2005).

Apesar de a violência conjugal poder provocar vítimas de ambos os géneros, verifica-se que as mulheres apresentam taxas superiores de queixas de violência, o que, por vezes, poderá ser explicado pelo facto de os homens agredidos decidirem não as revelar devido a questões relacionadas com a vergonha, humilhação e desonra masculina (Alvim, & Souza, 2005).

Antigamente, a violência conjugal era considerada como um assunto privado e gerido em casa, contudo, atualmente estudos desenvolvidos têm demonstrado que este tipo de violência é um problema recorrente nas famílias e que deve ser resolvido. No estudo da World Health Organization (WHO, 2017), uma elevada percentagem da população mundial é afetada pela violência conjugal, onde a maior parte dos agressores são do sexo masculino, enquanto que as vítimas são do sexo feminino (30%). Neste estudo foi estimado que uma em cada três mulheres no mundo inteiro já experienciou, em algum momento da sua vida, violência física e/ou sexual do companheiro ou violência sexual por parte de um estranho. Por outro lado, comprova-se que, nas relações de namoro, aproximadamente 28% dos homens e mulheres, em algum momento das suas vidas, terão estado ou poderão vir a estar inseridos numa relação abusiva (Caridade, & Machado, 2006).

Relativamente a Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) afirma que, em 2017, mais de 80% das vítimas de violência eram do sexo feminino (83%), variando as suas idades entre os 25 e os 54 anos, com principal incidência na faixa etária dos 35 aos 44 anos de idade. Quanto ao estado civil, a maioria das mulheres vítimas de violência eram casadas (28.2%) ou solteiras (23.1%), sendo que cerca de 33% destas pertenciam a famílias nucleares com filhos. Quanto ao nível de escolaridade, é de destacar o ensino superior (8.4%), o ensino secundário e o ensino básico de 3º ciclo, que, juntos, totalizavam 16.7% dos casos de violência. Ainda, neste relatório anual, verificou-se que os maiores níveis de violência (25.2%) foram observados nas relações de intimidade, sendo que a violência do cônjuge,

companheiro/a, ex-cônjuge, ex-namorado/a e namorado/a perfazem um total de 59.7% das relações entre vítima e agressor (APAV, 2017).

A noção de violência conjugal é mais restrita do que a de violência doméstica, devido ao facto de esta incluir atos de violência tanto de um parceiro sobre o outro (que estejam numa relação íntima) como entre um ex-companheiro sobre o outro. Por outro lado, a violência doméstica diz respeito a atos de violência no contexto doméstico, ou seja, não só contra o parceiro, mas a todos os familiares que partilhem o mesmo espaço doméstico (APAV, 2017; Machado, & Gonçalves, 2003).

Neste sentido, a violência conjugal pode ser entendida como o conjunto de comportamentos abusivos perpetrados sobre o(a) companheiro(a), sendo alguns exemplos desses descritos de seguida (Coelho, 2005): (a) maus-tratos físicos (e.g., dar pontapés e bofetadas); (b) maus-tratos emocionais, verbais e psicológicos (e.g., atitudes e afirmação que diminuíam a autoestima e autovalorização do/a companheiro); (c) violência sexual (e.g., obrigar o/a companheiro/a a praticar atos sexuais); (d) isolamento social (proibir o uso do telemóvel e a comunicação com amigos e familiares); (e) intimidação e ameaças à integridade física; e (f) controlo económico (e.g., negar o acesso ao dinheiro e proibir a participação no emprego). Assim, o abuso pode aparecer sob a forma de uma violência mais subtil ou sob a forma de agressões severas, nomeadamente maus-tratos físicos, psicológicos/emocionais, sexuais, verbais e homicídio (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006).

Na Tabela 2 é possível verificar as diversas formas que a violência conjugal pode assumir.

Tabela 2
Formas de Perpetração de Violência Conjugal (Adaptado de Machado e Gonçalves, 2003)

Coagir e ameaçar	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaçar ou provocar lesões na pessoa; • Ameaçar, abandonar, suicidar-se ou queixar-se do cônjuge à Segurança Social; • Coagir para a prática de condutas ilícitas.
Intimidar	<ul style="list-style-type: none"> • Partir objetos; • Destruir pertences ou objetos pessoais do outro; • Maltratar os animais de companhia; • Exibir armas.
Usar a violência emocional	<ul style="list-style-type: none"> • Desmoralizar; • Insultar; • Humilhar; • Fazer com que o outro se sinta mal consigo próprio.
Isolar	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar a vida do outro: com quem fala, onde vai; • Limitar o envolvimento externo do outro; • Usar o ciúme como justificação.

Minimizar, negar, condenar	<ul style="list-style-type: none"> • Desvalorizar a violência e não ter em conta as preocupações do outro; • Afirmar que a agressão ou a violência nunca aconteceram; • Afirmar que a culpa é do outro.
Instrumentalizar os filhos	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer o outro sentir-se culpado face aos filhos; • Usar os filhos para passar mensagens; • Ameaçar levar os filhos de casa.
Utilizar “privilégios machistas”	<ul style="list-style-type: none"> • Tratar a mulher como criada; • Tomar todas as decisões importantes sozinho.
Utilizar a violência económica	<ul style="list-style-type: none"> • Evitar que o outro tenha ou mantenha um emprego; • Fixar uma mesada.

A violência conjugal trata-se, portanto, de um fenómeno multidimensional tomando inúmeras formas de abuso (Matos, 2001). Este tipo de violência é considerado complexo, transversal e multideterminado, atravessando gerações, faixas etárias, meios socioeconómicos, culturas e ambos os géneros (Rosa, & Falcke, 2014).

1.1.2. Modelos teóricos da violência conjugal

Alguns autores colocam a questão do porquê de as mulheres permanecerem numa relação violenta, independentemente do grau de consciência da violência de que são vítimas, não se afastando logo ao primeiro sinal de violência. Para dar resposta a estas perguntas surgiram diferentes modelos teóricos, que serão explorados seguidamente.

A Teoria da Indefesa Aprendida (Seligman, 1975) defende que uma pessoa, ao se deparar com determinado evento independente das suas respostas, interioriza que este não é passível de ser controlado e, por sua vez, origina um estado de bloqueio psicológico e de desistência (Nafs, Usaola, Gironés, & Redo, 2005). Ainda que esta teoria não tenha sido desenvolvida especificamente para a violência conjugal, é utilizada nessa área.

A Teoria do Ciclo de Violência de Walker (1979) surgiu com a finalidade de demonstrar os padrões comportamentais violentos praticados em contextos de relacionamentos íntimos. Este ciclo afirma que as mulheres vítimas de violência, devido aos constantes insucessos no início da relação em alterar a situação violenta, não conseguem pensar em alternativas para sair da mesma. Segundo esta teoria, existem três fases no ciclo da violência, nomeadamente, a fase de tensão, a fase de agressão e a fase de “lua-de-mel”. A primeira fase é composta por uma intensificação gradual da irritabilidade do homem, sem que a mulher perceba o seu motivo. Esta intensificação engloba violência verbal e indícios de futura agressão física, progredindo para a fase seguinte. Por sua vez, na fase de agressão, verifica-se a violência propriamente dita, sob a forma de agressão física, psicológica e/ou sexual. Por fim, na fase de “lua-de-mel”, o agressor cessa a violência, prosseguindo para as estratégias de manipulação e de falso arrependimento. Com o passar do tempo, vão-se

criando sucessivamente novos ciclos, sendo que estas estratégias, bem como a esperança da mudança do companheiro, reforçam, de forma intermitente, a manutenção da relação.

A Teoria da União Traumática (Dutton, & Painter, 1981) afirma que os fatores que originam o desenvolvimento de uma união traumática da mulher com o agressor são o desequilíbrio no poder e a alternância de comportamentos, tanto bons como maus, do agressor. Esta união traumática da mulher é feita através da submissão e da lealdade (Servicio Murciano de Salud [SMS], 2010).

Já a Teoria da Dependência Psicológica (Brockner, & Rubin, 1985), defende que a razão para a mulher permanecer numa relação violenta é o compromisso estabelecido com o seu parceiro, sendo que esta apenas decide terminar a sua relação quando efetua uma comparação das consequências negativas e positivas e quando possui uma rede de apoio.

Por sua vez, a Teoria de Transmissão Intergeracional da Violência postula a transmissão, por parte dos pais para os filhos, de hábitos e comportamentos violentos, sendo que a violência dos próprios pais é originária de gerações anteriores (Straus, 1980a). Neste sentido, na sua teoria, Bowlby (1980, citado por Batista, 2012) defende que a interação das crianças com os pais permite desenvolver modelos relacionais internos, mais ou menos estáveis e estes funcionam, conseqüentemente, como uma base de orientação nas suas relações com os outros. Assim, e para Matos (2002), a violência na família de origem é um fator de risco para a futura violência na idade adulta.

Existem, igualmente, outras razões para a permanência na relação abusiva, nomeadamente o medo de o parceiro cumprir as ameaças de morte feitas, a esperança que o agressor altere a sua conduta, a vergonha de pedir ajuda, as crenças religiosas associadas ao casamento, a dependência financeira e, finalmente, a falta de uma rede de suporte (e.g., família, amigos; Batista, 2012).

1.1.3. Fatores de risco para a violência

Ao falar em fatores de risco, referimo-nos a um agregado de variáveis às quais a pessoa está exposta e que podem aumentar a probabilidade de ocorrência de um determinado comportamento, neste caso, a violência.

A história de violência doméstica na família de origem (i.e., experiência de violência na infância), seja como testemunha de violência doméstica ou como vítima direta (Marasca, Colossi, & Falcke, 2013; Wareham, Boots, & Chavez, 2009) e a repetição do modelo parental, podem ser considerados como fatores de risco para uma relação conjugal conflituosa. No entanto, a repetição do modelo parental não é, por si só, um fator determinante para a ocorrência desta violência, isto é, nem todas as pessoas que experienciaram violência na família serão necessariamente violentas nas suas relações íntimas futuras, tal como nem

todos os agressores possuem um historial de violência na família de origem (Wareham et al., 2009).

Outros fatores de risco podem ser as dificuldades de comunicação e resolução de conflitos (Babalola, Gill-Bailey, & Dodo, 2014; Stith, & McCollum, 2011), a negligência, o abandono, o abuso sexual, o casamento como forma de fugir da família de origem, a ausência de uma rede de apoio eficaz, sintomas depressivos e sentir-se responsável pelo comportamento agressivo do parceiro e acreditar que merece o castigo que recebe (Day et al., 2003). Ainda, segundo a WHO (2017), as vítimas apresentam características comuns, tais como, baixa autoestima, forte crença na unidade familiar, crença de que ninguém a pode ajudar a solucionar o problema, isolamento social e, por último, medo provocado por ameaças.

1.1.4. Causas e consequências

Em termos das causas e consequências da violência, estas podem ser variadas, particularmente ao nível individual (fatores biológicos e psicológicos), sociopsicológico e sociológico.

Relativamente ao nível individual, Elliot (1977) defende que a violência conjugal está correlacionada com determinados fatores biológicos e genéticos, isto é, defende a existência de uma base neurológica e metabólica que justifica a raiva explosiva, embora não explique o porquê de esta ser direcionada para o cônjuge. Também a nível individual, é compreensível assumir que este tipo de violência tem como base fatores psicológicos, pois alguns estudos (e.g., Faulk, 1977; Shainess, 1977) apontam para o facto de os agressores serem de alguma forma perturbados psicologicamente. Embora Straus (1980b) tenha concluído que as famílias violentas não apresentam taxas de problemas psicológicos mais elevadas do que as não violentas, não se pode excluir como causa deste tipo de violência os problemas psicológicos do agressor. Em termos de fatores psicológicos nas vítimas, estes desempenham um determinado papel no ataque, na medida em que o facto de a vítima sofrer de problemas psicológicos pode contribuir para continuar naquela situação abusiva (Lion, 1977; Shainess, 1977).

Por outro lado, a nível sociopsicológico, pode-se constatar o papel fundamental da socialização na violência familiar e conjugal, principalmente na forma como as crianças do sexo masculino e feminino são socializadas, sendo este aspeto relevante para as diferenças de género encontradas nos agressores e vítimas de violência. Enquanto que a base do ensino da socialização das raparigas é tornarem-se cuidadoras expressivas - preparando-se para o seu papel como figura parental central do seu filho -, a socialização dos rapazes apresenta uma ênfase na importância de ser poderoso e na competição com os outros. Logo, o tipo de socialização das raparigas traduz-se numa menor tendência para se tornarem pessoas violentas, enquanto que a dos rapazes conduz a uma maior prevalência de violência na idade

adulta, devido a, muitas vezes, se quererem tornar dominante e poderoso. Também se observam diferenças na maneira como os pais tratam os filhos, consoante o seu género: os meninos são ensinados a serem exploradores, assertivos e abertamente agressivos, as meninas devem ser dependentes das famílias a aprenderem a tomar conta dos outros. Portanto, pode-se concluir que as diferentes formas como as crianças são criadas influenciará as suas tendências de comportamento (Elliot, 1977).

Straus (1980c) defendeu, igualmente, que a aprendizagem da violência ocorre no contexto familiar, reforçando o facto de que as punições nas crianças são aprendidas de tal maneira que passam a fazer parte da personalidade desta. Assim, este autor descreveu quatro consequências da punição nas crianças: (1) a criança associa a violência ao amor, pois é provável que os pais batam na criança ao longo da sua infância; (2) cria na criança a ideia de que é aceitável ser violento dentro da família, pois os pais, com o intuito de ensinar o filho a afastar-se de coisas perigosas, recorrem à violência; (3) é demonstrado que a violência, nas situações consideradas verdadeiramente importantes, é justificada; e, por último (4) transmite-se que, em determinadas situações (como o *stress*), a violência é compreensível. Anderson (1972) constatou que os pais apresentam uma maior probabilidade de, na idade pré-escolar, utilizarem a punição física com os filhos do género masculino do que com o género feminino. Straus, Gelles e Steinmetz (1980) observaram que a aprendizagem da violência em cada geração provém da sua inclusão numa família violenta, isto é, numa família de três gerações, quanto mais violentos forem os avós, maior a propensão para os seus filhos também o serem e, por último, os seus netos, existindo uma continuidade do recurso à violência ao longo das diferentes gerações.

Por fim, em termos sociológicos, a ênfase é colocada na estrutura básica da família. Segundo Straus (1977-78) são diversos os fatores estruturais que contribuem para a elevada violência na família, nomeadamente: (1) a maior parte do tempo dos membros da família ser passada em conjunto; (2) existir uma variedade enorme de assuntos e atividades nas famílias; (3) quanto maior a intensidade das relações familiares, maior a tendência para a violência; (4) as atividades de um membro da família interferirem nas dos restantes membros; (5) estar implícito o direito que um membro da família tem de influenciar o comportamento dos restantes elementos; (6) a estrutura onde se encontram diferenças de idade e género, bem como diferenças culturais entre o género e idade, ser a família; (7) encontrar-se uma desigualdade sexual na família; (8) isolamento da família do mundo externo (e.g., sociedade); (9) a adesão familiar ser efetuada involuntariamente; e, por fim, (10) o nível de instabilidade e *stress* na família ser elevado, devido às mudanças do ciclo de vida das famílias (e.g., nascimento de um filho, crescimento, morte).

De igual modo, Pagelow (1981) defende que existem culturas com mais tendência para adotarem a violência, como, por exemplo, a América, onde a violência é uma norma

cultural. Nesta cultura, a violência é apoiada, seja no boxe ou na guerra, ou até mesmo no seio familiar, onde os pais devem utilizar a força para educar os filhos de forma adequada.

É, ainda, importante referir que os danos desta violência podem abranger várias gerações, podendo, igualmente, durar uma vida inteira. Estes danos têm efeitos adversos na saúde física (e.g., alterações de peso; Alvim, & Souza, 2005) e ao nível dos custos financeiros associados (e.g., despesas médicas das vítimas, despesas com a polícia e serviços sociais, despesas para a acusação do companheiro; Englander, 1997). Também, segundo Zlotnick, Johnson e Kohn (2006), a baixa autoestima, o suicídio, a disfunção social e a tendência para o consumo de drogas estão associados a consequências da violência conjugal.

Em suma, embora o impacto da violência dependa de vários fatores, mais concretamente da sua severidade, frequência e contexto do abuso (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006), esta tem impacto a vários níveis, tais como a nível psicológico (e.g., isolamento, medo, distúrbios cognitivos, humor deprimido), parental, profissional (e.g., perda de produtividade, desconcentração) e da saúde física (e.g., hospitalizações).

1.1.5. Crenças acerca da violência conjugal

Ao longo dos últimos anos, tem surgido um grande interesse no tema da violência devido aos seus impactos na vida do indivíduo, seja no seu bem-estar psicológico como na forma como este interpreta e desenvolve determinadas crenças acerca da legitimação ou não da violência. Surgem, então, questões sobre se a forma como o sistema social e as crenças acerca da violência conjugal contribuem para o surgimento da violência e a legitimação da mesma, e caso esta contribuição se verifique, de que forma a mesma ocorre.

As crenças são entendidas como um sistema de regras pessoais, definidas de forma idiossincrática, sendo que a sua formação é considerada um fenómeno cognitivo, pois resulta de um acumular da experiência e da racionalização da informação apreendida ao longo dos anos (Czuba, 2015). Assim, a forma como os homens e as mulheres são socializadas tem uma enorme importância, visto que os homens são socializados no sentido da obtenção de poder e controlo, reprimindo as emoções, enquanto as mulheres são socializadas para o cuidado infantil ou para as atividades domésticas (Wiehe, 1998). O comportamento dos sujeitos é, então, determinado com base na valência atribuída à violência doméstica, isto é, se as crenças do sujeito forem baseadas na validação deste tipo de violência, o fenómeno é avaliado positivamente e, como consequência, este comportamento é legitimado (Bandura, 1979, citado por Correia, 2013).

Portanto, a cultura desempenha um papel central na forma como as crenças e os relacionamentos são estruturados. Por sua vez, estas crenças, fenómenos cognitivos relativamente estáveis, determinam a forma como interpretamos e avaliamos o que nos rodeia. O seu desenvolvimento é iniciado na infância, continuando a formar-se ao longo da

vida do sujeito, sendo modeladas pelos acontecimentos e pelo contexto no qual este se insere (Beck, 1990; Beck, 1997; Beck, Rush, Shaw, & Emery, 1979). Por conseguinte, as crenças apresentam um papel crucial no processamento cognitivo da informação, sendo este processo iniciado pela seleção da informação, seguido por uma ativação afetiva e motivacional, e terminado na implementação de uma estratégia.

Beck (1997) salienta que, devido ao facto de terem um carácter consciente pouco acessível, as crenças não são passíveis de ser quantificadas ou medidas. Deste modo, a melhor forma de constatar as crenças é através da análise das atitudes do indivíduo, definidas como predisposições para avaliar os objetos de forma favorável ou não. As atitudes são, então, uma expressão direta das crenças, tratando-se de formas de ser, através das quais organizamos e interpretamos as nossas experiências. Concetualizam-se, portanto, como posições aprendidas relativamente a determinados acontecimentos ou pessoas, dirigindo os nossos comportamentos nos diferentes contextos (Ajzen, & Cote, 2008).

As atitudes apresentam três dimensões fundamentais: dimensão cognitiva, dimensão afetiva e dimensão conativa. A primeira diz respeito à forma como a realidade social é avaliada e interpretada, sendo esta baseada nas inferências que os indivíduos fazem através das características que atribuem a um objeto ou acontecimento. Com isto, verifica-se que os sujeitos percecionam as situações de diferentes formas, moldando, conseqüentemente, aquilo em que acreditam. A dimensão afetiva é referente à intensidade das emoções positivas ou negativas que o indivíduo apresenta face a um objeto psicológico, isto é, os nossos conflitos ou frustrações irão determinar as atitudes adotadas num certo acontecimento. Finalmente, na dimensão conativa é possível observar a tradução da atitude em intenções, ou seja, uma intenção comportamental é quando, por exemplo, num período eleitoral, há a intenção de votar (Allport, 1935, citado por Fischer, 1992). Com base nisto, é plausível afirmar que crenças e atitudes influenciam o comportamento dos indivíduos.

Segundo Machado e colaboradores (2006), existem alguns fatores que contribuem para a tolerância e legitimação da violência conjugal na sociedade, tais como: (a) os estereótipos do género e da conjugalidade, (b) a diferença de socialização nos homens e nas mulheres e (c) a distribuição desigual do poder dentro das famílias.

A maior parte das vítimas interioriza estas crenças e estereótipos culturais (Machado, Matos & Moreira, 2003) devido à crença de normalidade das agressões e ao facto de as vítimas acreditarem que os episódios de violência se tratam de casos únicos, isolados e sem significado (Nabi, & Homer, 2001). Existem, também, outras razões para tal acontecer, nomeadamente as crenças de autodesculpabilização, minimização do dano causado na vítima e a atribuição externa da culpa (Machado, 2005; Paim, 2006, citado por Czuba, 2015), levando a uma desvalorização dos aspetos da pequena violência.

Também no estudo de Ptacek (1988) com profissionais que intervêm com maltratantes conjugais verificou-se o recurso a argumentos de “perda de controle” e “provação da parceira” para justificar a violência, o que, por sua vez, contribui para a manutenção das crenças culturais que perpetuam a violência.

Portanto, muitas vezes, a violência tende a perpetuar-se porque a sociedade assume um papel de silêncio e indiferença perante a mesma (Ghez, 2001), legitimando, desta forma, a agressão.

Constatam-se opiniões divergentes face ao porquê do surgimento destas crenças; alguns autores (Riggs, & O’Leary, 1989) defendem que as atitudes de tolerância face à violência surgem antes do comportamento violento, isto é, estas atitudes relativamente ao abuso influenciam a decisão do uso ou não da violência (Stith, & Farley, 1993). Por outro lado, Dibble e Straus (1980, citados por Sugarman, & Frankel, 1996) afirmam a existência de uma correlação entre as atitudes e comportamentos com a cultura estabelecida, isto é, as atitudes e comportamentos são o espelho da cultura.

Wiggins (1983) argumentou a existência de três fatores que estão na origem de agressões físicas por parte dos maridos às suas esposas: (1) a agressão ocorre quando a esposa não corresponde às exigências do marido; (2) quando a esposa pede alguma coisa ao marido, como questionar as suas opiniões, o marido pode tornar-se violento; e (3) caso uma terceira pessoa interfira no ataque do marido à esposa, este pode tornar-se mais agressivo.

1.2. Agressão

1.2.1. Operacionalização concetual

Embora, no decorrer da revisão teórica, se tenha demonstrado difícil diferenciar violência de agressão, existem algumas definições que tentam caracterizar o fenómeno da agressão. A agressão é, então, o “comportamento que resulta em danos pessoais e destruição física, envolvendo fatores de classificação social que conduzem a rotular um determinado comportamento como agressivo ou não” (Matos, 2004, citado por Cunha & Gonçalves, 2012, p. 4) ou, ainda, qualquer comportamento cuja intenção é prejudicar alguém (que está motivado para evitar esses danos; Hsieh, & Chen, 2017).

Existem inúmeras formas sob as quais a agressão pode ser classificada, mais especificamente, segundo a natureza e intensidade do comportamento agressivo propriamente dito ou segundo a codificação social de que é alvo.

Tendo em conta a natureza e intensidade do comportamento agressivo, surgem dois tipos de categorização da agressão consoante Feshbach (1964) e Buss (1971). Para Feshbach (1964) existem três tipos de agressão: a agressão hostil (que consiste em causar dano

diretamente a alguém), a agressão instrumental (que é um meio que visa um objetivo específico e não a agressão em si) e, por último, a agressão expressiva (que consiste na afirmação de si a partir de um comportamento agressivo). Por sua vez, Buss (1971) define cinco tipos de agressão: agressão ativa (insultar ou bater), agressão passiva (recusa de ajuda a alguém), agressão física, agressão verbal e agressão direta ou indireta.

Considerando a codificação social de que a agressão é objeto, pode-se afirmar que algumas formas de agressão são legitimadas pela sociedade, enquanto que outras não. A agressão encontra-se numa posição social dependente da avaliação social acerca do carácter apropriado ou não do comportamento agressivo. Este julgamento social é determinado com base nas regras e normas sociais e culturais, que apresentam um grande peso no comportamento agressivo. No estudo de Kelman e Lawrence (1972) ficou comprovado este peso, no sentido em que 51 dos indivíduos se encontravam preparados para obedecer à ordem de matar os habitantes de uma aldeia - tanto homens e mulheres como crianças -, que eram suspeitos de ajudar um inimigo.

Muitas vezes existem fatores que legitimam a agressão, nomeadamente o apoio normativo e as consequências supostamente benéficas deste tipo de comportamento. O apoio normativo diz respeito aos tipos de violência que se considera apresentarem o apoio do grupo social. Por exemplo, na sua investigação, Blumenthal, Kahn e Andrews (1969) concluíram que dois terços dos indivíduos defendiam que a polícia deveria utilizar armas, sem matar, contra os sem-abrigo e negros e um terço aprovava o uso de armas para matar. Nesta mesma investigação, 50% dos estudantes acreditavam que a polícia deveria usar armas sem matar e 20% defendiam o uso para matar. Relativamente às consequências supostamente benéficas do comportamento agressivo, acredita-se que esta é uma forma de alcançar um fim superior, vantajoso para a população em geral. Um exemplo disto é a guerra, que se torna justificável para o posterior alcance da paz.

Com base nas definições mencionadas previamente, a agressão pode distinguir-se de violência em termos da situação de interação, sendo caracterizada por um tipo de violência delimitada - manifestada em termos de ataque de brutalidade - face a um indivíduo, grupo ou sociedade em geral (Fischer, 1992). Portanto, a agressão é vista como um comportamento utilizado com o objetivo de causar dano a outra pessoa (e.g., provocar danos físicos, ferir os sentimentos; Wall, Anderson, & Bushman, 2012). Em suma, enquanto que a violência se pode caracterizar pela intenção de magoar outrem, a agressão é o comportamento agressivo em si.

Por outro lado, apesar de a violência poder ser interpretada como distinta da agressão, dependendo da área profissional (e.g., cientistas políticos, criminologistas), os psicólogos sociais consideram a violência como um subtipo da agressão. Neste âmbito, a violência e a agressão são concetualizados como estando inseridas em pontos diferentes de um contínuo de severidade, em que a violência é encarada como uma forma extrema de

agressão cujo objetivo é causar danos físicos severos (e.g., homicídio, ferimentos graves; Bushman, & Huesmann, 2010). De acordo com Allen e Anderson (2017, p. 3), “todos os atos de violência são considerados momentos de agressão, mas nem todos os atos de agressão são considerados momentos de violência”. Ainda segundo estes autores, a violência conjugal pode assumir a forma de agressão não-física, em que o objetivo é causar dano ao parceiro emocionalmente e/ou no seu bem-estar social. Contrariamente, Fischer (1992) define a agressão como um tipo particular de violência, inserida num contexto de interação social e caracterizada por diversas ações. O objetivo destas ações é causar dano a alguém através de diferentes formas e graus resultando, assim, num ataque à sua integridade moral, cultural e física.

Relativamente à distinção entre agressão e agressividade, autores como Freud (1968) consideram que estes são constructos equivalentes, fazendo parte da pulsão de morte, em que o intuito é a destruição do objeto, direcionada para o exterior, constituindo uma maneira de interação com o outro e de violência exercida sobre este. Segundo outros autores (Leigh, Pare, & Marks, 1981, citados por Cunha, & Gonçalves, 2012), a agressividade pode ser considerada como um traço da personalidade, instintivo e biológico, expresso de várias formas, onde o único objetivo é magoar o outro, bem como a sua humilhação e destruição. Esta é, portanto, uma tendência característica do ser humano onde está presente a vontade de cometer um ato violento contra outra pessoa, de destruí-la, coagi-la ou humilhá-la (Laplanche, & Pontalis, 1970).

Por fim, segundo Lorenz (2003), a agressividade é uma pulsão biologicamente adaptativa, favorecendo a sobrevivência da espécie e do indivíduo. É, assim, um instinto essencial do ser vivo que está ligado à afirmação de si. Por outro lado, a Psicologia Social vê a agressão como uma dimensão do comportamento individual, num contexto interpessoal, onde um sujeito procura magoar a vítima - que é um objeto desta violenta ação.

1.2.2. Modelos teóricos da agressão

Ao explorar o conceito de agressão verifica-se que esta é passível de ser compreendida através de diversas abordagens - biológicas, psicológicas, emocionais e sociais - que serão descritas nesta secção.

a) Agressão como instinto

A agressão como instinto tem como base uma abordagem etológica, sustentada nos fundamentos biológicos da conduta de agressão, encarando-a como um ato instintivo. Enquadrada nesta perspetiva, e resultante da ideia de Darwin (1998) de que os mecanismos que controlam o comportamento humano são os mesmos dos restantes organismos, encontra-se a teoria de Lorenz (2003), denominada por Modelo Hidráulico, devido a uma comparação com a pressão exercida pela água num recipiente fechado. Este autor afirma que a agressão

apresenta duas funções opostas: (a) conservadora, que preserva a sobrevivência da espécie e (b) destruidora, que possibilita a libertação de pulsões assassinas do ser humano.

Lorenz (2003) defende que, tal como os restantes animais, os seres humanos são seres biologicamente agressivos. Deste modo, a tendência para a violência tem subjacente os fatores biológicos, ou seja, a agressão é uma conduta inata resultante da seleção natural com uma função de sobrevivência. Neste âmbito, a agressão permite criar uma hierarquia social dentro de um grupo da mesma espécie, na qual os sujeitos mais fortes ficam posicionados nas categorias mais superiores (e.g., líderes).

Segundo esta teoria, dentro de cada indivíduo existe um potencial energético interno que determina a probabilidade de um dado comportamento surgir e a sua intensidade, dependendo igualmente de um estímulo externo que o ative. A agressão é definida como um instinto essencial dos seres vivos, reforçado por uma constante interação, que resulta numa acumulação progressiva interna de energia e posterior descarga para o meio externo. Assim sendo, esta não surge apenas em resposta a estímulos externos, mas também de uma excitação interna que se pretende libertar, constituindo-se como um instinto ligado à afirmação de si (Lorenz, 2003).

Em suma, este modelo tem como base a conceção da agressão como um mecanismo de libertação, que é inato e comum a todos os seres vivos, contribuindo para a sua preservação ao longo do tempo.

Uma crítica a esta teoria baseia-se na constatação das variações culturais da conduta agressiva, nomeadamente em contextos de guerra nos quais os soldados diferem na sua tendência espontânea para o combate, refutando a noção da agressividade como um instinto inato do comportamento humano. Para além disto, apesar da importância dos fatores biológicos para o envolvimento neste tipo de comportamento, tem-se vindo a denotar a relevância da sociabilidade e dos diferentes contextos sociais para o aparecimento da agressão (Fischer, 1992; Lorenz, 2003).

b) Agressão como conduta psíquica

Teoria Freudiana

Para uma melhor compreensão da visão freudiana acerca do conceito de agressão, torna-se imprescindível definir as bases que deram origem à sua teoria, mais especificamente a teoria do conflito intrapsíquico e os dualismos pulsionais.

Devido ao facto de a realidade psíquica conter exigências internas contraditórias, geram-se diferentes tipos de conflitos, tais como os conflitos de pulsões - dualismo pulsional. A pulsão é uma excitação originária do interior do organismo e não do mundo exterior,

consistindo num impulso constante e num estado de tensão que tem como objetivo a redução da tensão e a satisfação desse impulso (Amaral, 1995; Freud, 2009).

Num primeiro momento, Freud (2009) descreveu o conflito entre pulsões sexuais e de autoconservação (pulsões do ego) e, posteriormente, entre pulsões de vida (*Eros*) e de morte (*Thanatos*).

As pulsões sexuais são baseadas na busca de prazer e satisfação das necessidades, enquanto que as pulsões de autoconservação são regidas pelo princípio da realidade e a personificação destas pulsões é feita através de funções orgânicas (e.g., fome, defecação). Durante as primeiras experiências de satisfação, como o mamar, surgem pulsões sexuais sustentadas nas pulsões de autoconservação que satisfazem e apaziguam as necessidades do bebé. Posteriormente, as pulsões sexuais tornam-se autónomas, adquirindo fins possivelmente contraditórios aos das pulsões de autoconservação, resultando num conflito intrapsíquico, onde a necessidade de satisfação sexual é separada da de nutrição. Deste modo, considera-se a fonte da pulsão (alimentação) como um fator biológico e, por isso, a pulsão torna-se um desvio do instinto, isto é, um desvio da função biológica do ser vivo (Amaral, 1995; Garcia-Roza, 2000; Kristensen, Lima, Ferlin, Flores, & Hackmann, 2003).

Relativamente às pulsões de vida, estas dizem respeito ao conjunto de pulsões que originam e mantêm a unidade (pulsões sexuais e pulsões de autoconservação), enquanto que as de morte têm como intuito a redução da tensão, estando inicialmente direcionadas para o interior (autodestrutividade) e, posteriormente, para o exterior (pulsão de agressão). Assim sendo, quando a pulsão de morte é desviada para o exterior transforma-se em pulsão de agressão, resultando em agressividade e destrutividade. Com base nisto, pode-se afirmar que a agressão tem como fonte as pulsões de morte (Freud, 1962; Kristensen et al., 2003).

Segundo Kristensen et al. (2003) qualquer restrição à agressividade direcionada ao exterior resultaria num aumento da autodestruição, sendo por isso, e de acordo com o ponto de vista de Lorenz (2003), necessárias atividades sociais que permitam libertar toda a energia armazenada.

Freud (1989) afirma ainda que o maior impedimento à civilização é a agressão, devido ao facto de a tendência que o ser humano apresenta para a agressão causar perturbações nos relacionamentos com os outros. Porém, defende, também, que não é possível eliminar as tendências humanas agressivas pois estas são características psicológicas da civilização.

Uma crítica a esta abordagem foi o facto de Freud não ter explicado se a energia psíquica era uma energia metafórica ou se era real (Tedeschi, & Felson, 1994).

Teoria da Frustração-Agressão

Segundo esta abordagem, na base de um comportamento agressivo está a presença da frustração. Dollard, Dood, Miller, Mowrer e Sears (1939) desenvolveram uma das teorias da agressão explicada pela frustração, definindo a frustração como um evento que não permitia alcançar um objetivo, sendo este ou “uma barreira física, social (regras, leis), ou uma simples interrupção” (Kristensen et al., 2003, p. 177). Para estes autores, toda a agressão pressupõe uma frustração e que, por sua vez, a frustração origina algum tipo de agressão. Ou seja, a agressão surge como uma reação e uma consequência à frustração, visto que aparece sob a forma de um comportamento cuja finalidade é causar dano a outra pessoa, numa relação que é diretamente proporcional à intensidade da frustração sofrida. Esta intensidade da resposta depende, então, de diversos fatores, sejam estes a força com o que se tenta atingir um objetivo, bem como o valor atribuído a este, ou o grau de interferência (Kristensen et al., 2003). Portanto, pode-se afirmar que a agressão é uma reação instrumental à frustração.

Nesta teoria está subjacente a noção de catarse como explicação da agressão. Segundo a perspectiva hidrodinâmica do funcionamento da agressão, a catarse é explicada como sendo uma diminuição da tendência para agredir e, com base nisto, entende-se a agressão como uma situação de catarse. Esta tem como finalidade reduzir a tensão após a agressão, sendo que não é o comportamento em si que diminui a tensão, mas sim o significado atribuído pelo sujeito ao seu ato. Logo, o que determina futuras agressões é a forma como é experienciada a agressão (i.e., se os objetivos foram alcançados ou não; Fischer, 1992).

Porém, Berkowitz (1965, 1969) veio mostrar que, por si só, a frustração não provoca um comportamento agressivo. Para este tipo de comportamento emergir é necessário que a situação contenha elementos que desencadeiem a agressão e, portanto, a frustração não é mais do que um dos elementos suscetíveis de desencadear um comportamento agressivo, um fator desencadeador de uma reação como a cólera, sendo que esta reação é que pode originar a agressão.

Teoria da Ativação Emocional

A Teoria da Ativação Emocional estudou os laços presentes entre diferentes formas de ativação emocional, tais como a atividade psíquica, a atividade sexual e as drogas, e a agressividade do sujeito.

Uma primeira orientação de investigação centrou-se em demonstrar que todos os tipos de ativação forte aumentam o nível de agressividade, enquanto que investigações mais recentes mostraram que não existe um efeito direto da ativação sobre a agressividade. Porém, esta, em determinadas situações particulares, pode favorecê-la, isto é, as situações onde os sujeitos se encontram pode aumentar ou diminuir o grau de agressividade que está ligado a uma determinada ativação emocional (Fischer, 1992).

As investigações focaram-se, igualmente, em determinar diversas probabilidades de surgimento da agressão. No estudo de Donnerstein e Wilson (1976), a primeira fase era constituída por um grupo de estudantes que foram insultados por um colega, enquanto que um outro grupo (grupo testemunha) foi tratado de maneira razoável. Depois, a segunda fase consistia em dois minutos e meio de exercícios, fornecidos aos dois grupos, onde a hipótese, no grupo experimental, era a utilização da agressão como resposta dominante. Por fim, na terceira fase deste estudo, eram administrados choques elétricos ao colega, verificando-se que os estudantes insultados administravam choques elétricos mais intensos que os estudantes não insultados. Concluiu-se, então, com este estudo, que a ativação pode aumentar a probabilidade de agressão, caso esta represente um tipo de resposta dominante numa determinada situação.

Outra probabilidade de surgimento da agressão é a forma como a ativação é codificada e rotulada socialmente, isto é, por exemplo, quando observamos uma pessoa a insultar a outra temos a tendência para etiquetar esse comportamento como sendo cólera. Zillmann, Johnson e Day (1974) tentaram demonstrar este efeito, constituindo dois grupos que eram insultados por um camarada e a quem deveriam administrar choques elétricos. Na administração destes choques era realizado previamente um exercício, sendo este antecedido e precedido de uma pausa de seis minutos em posição sentada. Com esta pausa, os investigadores queriam observar se os estudantes cujo período de repouso ocorresse antes do exercício atribuíam a sua ativação ao exercício físico. Os resultados demonstraram que os estudantes que associavam a sua ativação ao exercício física foram menos agressivos do que aqueles que a atribuíam à cólera. Portanto, a forma como é atribuído um papel mais ou menos determinante a uma determinada ativação, origina uma tendência para associar uma maior importância no próprio comportamento agressivo (Fischer, 1992).

Algumas investigações sobre o álcool demonstraram que a sua influência na agressão depende da visão social que se tem desta, isto é, se os sujeitos acreditarem que o álcool desencadeia comportamentos agressivos, podem transferir a responsabilidade da agressão para o consumo de álcool (Englander, 1997). Assim, os sujeitos realizam os seus comportamentos com base nas suas crenças. Richardson e Campbell (1980), estudaram a violência dirigida às mulheres e verificaram que quando o homem bate na sua esposa é menos responsabilizado quando está embriagado do que quando está sóbrio. Pelo contrário, quando o marido bate na esposa e esta está ébria é mais responsabilizada do que se estivesse sóbria.

Outras investigações, ainda, centraram-se na provocação, afirmando que esta se encontra entre os estados emocionais que atuam na agressão. Segundo Fischer (1992), a provocação tanto se pode referir a elementos físicos, como a significados simbólicos. A agressividade é mais influenciada pela informação que um sujeito possui das más intenções do agressor do que propriamente pela dor sentida.

Em suma, estas abordagens focadas nos estados emocionais mostram que o comportamento agressivo depende das motivações afetivas e, também, das situações específicas que as favorecem.

c) Agressão como comportamento social aprendido

As teorias da Aprendizagem Social defendem que a aprendizagem de um comportamento agressivo ocorre do mesmo modo que os restantes comportamentos sociais, visto que este pode ser objeto de um apoio social e de uma valorização da imagem de si (Fischer, 1992). Segundo estas teorias, existem duas formas através das quais se pode efetuar a aprendizagem da agressão: a aprendizagem instrumental, onde se pode ser objeto de uma recompensa, e uma aprendizagem determinada pela relação com um modelo social, onde o comportamento agressivo é valorizado.

De seguida, encontra-se uma explicação destes dois tipos de aprendizagem do comportamento agressivo.

Aprendizagem Instrumental

A aprendizagem da agressividade foi estudada segundo uma perspetiva instrumental, onde esta é apreendida caso seja seguido de um reforço positivo. Assim, pode ser uma estratégia de obtenção de recompensas ou de evitamento de punições.

Ransford (1968) aplicou um inquérito após os tumultos raciais entre três centenas de homens negros, com o objetivo de perceber se existia um valor de recompensa que, por sua vez, permitiria obter os mesmos direitos que os homens brancos. Esta investigação tinha, então, como objetivo verificar a ligação entre o tumulto como comportamento agressivo e o tumulto como recompensa como meio para atingir um objetivo satisfatório. Os resultados mostraram que cerca de dois terços dos homens que sentiram uma elevada insatisfação social consideravam a violência como um meio para alcançarem os mesmos direitos. Em contrapartida, apenas menos de 15% dos que estavam insatisfeitos consideravam a violência útil.

Outro estudo de Brown e Elliot (1965) focou-se em perceber se o comportamento agressivo diminuía em função da existência de uma recompensa para um comportamento não agressivo. A sua experiência tinha como finalidade a mudança de comportamento agressivo dos rapazes (sendo que, no início da experiência, este tipo de comportamento era de 64%) e, para tal, pediram às monitoras para recompensarem os rapazes que apresentassem um comportamento cooperativo. Inicialmente, e durante duas semanas, foram recompensados todos os comportamentos positivos; depois, algumas semanas depois, as monitoras pararam de reforçar esses comportamentos. Por último, voltaram a introduzir-se as recompensas durante duas semanas. Após o primeiro período da experiência, verificou-se uma diminuição dos comportamentos agressivos para 43.3%; na segunda etapa, a agressão física aumentou, no

entanto, a agressão verbal apresentou uma diminuição. Na última etapa, a agressão física diminuiu para os 21% e a agressão verbal subiu apenas para 4.6%. As monitoras constataram que, ao longo da última fase, os rapazes que eram mais agressivos foram aqueles que ficaram mais cooperativos. Pode, assim, afirmar-se que, ao se reforçarem os comportamentos sociais positivos, em princípio, ocorrerá uma diminuição do grau de agressividade.

Em suma, a agressão é um modelo de comportamento adquirido, resultante da valorização de uma recompensa ou punição, levando, como consequência, um sujeito a agir ou de forma mais positiva ou de forma mais negativa.

Aprendizagem Social

Segundo esta perspectiva, a agressividade não é derivada de impulsos internos nem resulta da frustração, mas sim da exposição de um sujeito a um modelo social agressivo, que exerce um papel fundamental no seu próprio comportamento agressivo. Para Bandura (1973, citado por Berkowitz, 1998), a grande causa da agressão são as recompensas oferecidas pelo ato, dado que a pessoa pondera os potenciais benefícios e custos em expressar um comportamento agressivo para atingir os seus objetivos e, caso os benefícios sejam superiores, esta optará pela agressão. Este autor afirma que os comportamentos violentos não são espontâneos, mas sim apreendidos e necessitam da existência de modelos que os pratiquem (e.g., família, sociedade), demonstrando ações que são recompensadas ou puníveis (Kristensen et al., 2003).

Para Bandura (1983, citado por Tedeschi, & Felson, 1994), a aprendizagem por modelação (aprendizagem vicariante) é feita através de quatro processos interligados: (1) o sujeito está atento às pistas que lhe são dadas; (2) as observações devem ser compiladas de alguma maneira, para que sejam representadas na memória; (3) estas representações transformam-se em padrões de imitação de comportamento; e, por fim, (4) são imprescindíveis recompensas apropriadas à atuação do que foi aprendido.

Uma das investigações que surgiram neste domínio foi a de Bandura, Ross e Ross (1961), onde a ênfase era colocada na aquisição do comportamento agressivo na criança devido à exposição a um modelo agressivo. Nesta experiência, expuseram dois grupos de crianças a um comportamento do adulto, que servia como modelo. Relativamente ao grupo experimental, foi apresentado às crianças um filme onde um modelo agredia violentamente e insultava uma boneca denominada “*Bobo-Doll*”, onde a agressão física incluía gestos como bater no rosto e face da boneca; a agressão verbal era constituída por frases como “esmaga-a, bate-lhe”. Posteriormente a esta fase, as crianças foram reunidas em dois grupos numa sala com bonecas similares à “*Bobo-Doll*” e observou-se a forma como brincavam com os diversos brinquedos. Com estas observações constatou-se que as crianças expostas ao modelo agressivo apresentavam comportamentos agressivos e maltratavam a boneca, enquanto que as crianças do grupo-testemunha não mostravam uma tendência para aquele tipo de

comportamento. Ainda, como resultado desta experiência, verificou-se que os rapazes tinham comportamentos mais agressivos quando comparados com as raparigas, e que as crianças, de ambos os sexos, são mais influenciáveis por um modelo masculino do que feminino. Outra evidência foi o facto de as crianças demonstrarem uma maior propensão para imitar modelos vivos do que modelos observados no filme. Com base nisto, pode constatar-se o impacto que um modelo agressivo tem na aprendizagem de novos comportamentos por parte das crianças, incluindo comportamentos agressivos.

Outro estudo, conduzido por Kagan e Moss (1962), centrou-se no impacto que a agressividade, aprendida ao longo da infância, tem na vida adulta. Com o seu estudo, os autores constataram que a aquisição de agressividade nos jovens é um indicador da sua futura agressividade na fase adulta. Adicionalmente, é possível verificar que indivíduos que tiveram um modelo agressivo, comparativamente com os outros que não tiveram este tipo de modelo, demonstraram uma maior tendência para adotar comportamentos agressivos, sendo esta maior quando o modelo em questão não foi submetido a qualquer sanção social. Logo, a conduta de agressão é determinada, em parte, pela aquisição de comportamentos agressivos durante a infância.

1.2.3. Fatores de influência

Para uma melhor compreensão do fenómeno da agressão, é necessário explorar as possíveis explicações para as mesmas, principalmente, os fatores suscetíveis de interferir nos comportamentos e de conduzir à agressão, que serão descritos posteriormente.

a) Fatores culturais

Nos fatores de influência cultural podem-se considerar influências com a função de reduzir o aparecimento da agressão, nomeadamente as normas de reciprocidade, normas de responsabilidade social e as normas de equidade. Por outro lado, existem influências culturais cujo objetivo é favorecer os comportamentos agressivos, tais como o contexto sociocultural global.

As influências culturais que pretendem reduzir a agressão dizem respeito a uma conceção da cultura, na qual normas e valores desempenham um papel central, demonstrando, assim, que se tratam de pressões culturais consideradas como intrinsecamente sociais. A Psicologia Social tem como interesse as relações que favorecem um determinado comportamento normativo em situações específicas e, por isto, foram estudadas as normas de reciprocidade, de responsabilidade social e de equidade.

Gouldner (1960), tendo como foco a orientação de normas e o modelo da função social e utilitária das normas, verificou que a norma de reciprocidade tem como função contribuir para a estabilização dos relacionamentos sociais e o evitamento da exploração das pessoas frágeis por parte dos mais fortes. Este autor considerava a existência da norma de

reciprocidade universal, que levava a dois imperativos reciprocamente conectados: (1) as pessoas devem ajudar quem as ajudou e (2) não devem magoar os que as ajudaram. Ainda, segundo o autor, existem quatro fatores que intervêm nas normas de reciprocidade, mais especificamente, as necessidades de cada um, os possíveis recursos, as motivações e, por último, a intenção mais ou menos pacífica dos interlocutores. Com base nisto, podemos concluir que este tipo de norma defende a ausência de uma retribuição sistemática da brutalidade (onde os indivíduos são brutalizados por outros), mas sim uma conceção pró-social da relação, onde não se faz o mal pelo mal. É de referir que Gourdner (1960) demonstrou que a norma de reciprocidade não é aplicável a todas as situações em que o indivíduo é dependente, por exemplo, quando o sujeito é demasiado jovem ou velho para pagar com a mesma moeda (Fischer, 1992), sendo que, nestes casos, surge a norma de responsabilidade social.

A norma de responsabilidade social, segundo Berkowitz (1972), direciona as pessoas a auxiliarem aqueles que são dependentes da sua ajuda. Na experiência deste autor, acerca da relação operário-diretor, que tinha como finalidade demonstrar a necessidade recíproca que cada um tem um do outro, mas não nos mesmos termos, verificou-se que esta norma nem sempre é adotada ao nível do comportamento. A adoção desta norma depende, assim, da relação entre a pessoa que ajuda e a vítima, da função do estado psicológico das pessoas que oferecem ajuda e, ainda, do contexto em que ambos se encontram (Berkowitz, & Daniels, 1963).

Walster, Walster e Berscheid (1978) sugeriram que as normas de equidade são impostas aos indivíduos pela sociedade, de forma a impedir que estes sigam a sua tendência natural de tirar proveito da situação à custa dos outros e a assegurar uma distribuição dos recursos. Tendo como base os modelos biológicos da evolução, as teorias sobre as normas de equidade remontam para os princípios de seleção das normas pelos grupos; porém, estes autores não descobriram quais os mecanismos específicos que fazem com que determinada norma seja adotada, e não qualquer outra, numa determinada cultura. Campbell (1972) tenta dar uma resposta a esta questão sobre a evolução cultural, afirmando que a evolução social engloba os mesmos princípios gerais da evolução biológica, isto é, “a evolução social age sobre as crenças codificadas, as normas morais e as regras de organização social” (Fischer, 1992, p. 42). Para Campbell (1972), existe um processo na evolução social através do qual os sistemas de crenças se tornam os mais apropriados para um grupo e, por sua vez, leva a uma maior probabilidade de os mesmos serem adotados.

Alguns autores, como Alexander (1979) e Durham (1979), diferem de Campbell, criticando a ideia de que as normas culturais seriam escolhidas com base nas vantagens que estas poderiam trazer ao grupo, consideram, antes, que a seleção ocorre em função do papel das normas na formação e desenvolvimento pessoal. Para Alexander (1979), a evolução biológica poderá influenciar o indivíduo a desenvolver-se conforme a sua cultura

(considerando a cultura como uma norma) e a ignorar as inovações culturais que poderiam mudar as normas. Também Durham (1979), no processo de seleção das tradições culturais, defende que os sujeitos desenvolvem tendências seletivas e, conseqüentemente, interiorizam ou adaptam-se às inovações culturais que têm uma clara vantagem biológica. Como exemplo de tradições encontra-se o ensino das crianças a adaptarem-se apenas às normas sociais para o seu bem, a tendência para desenvolver práticas cujo objetivo é a satisfação e a tendência para se transmitir normas culturais pelos pais aos seus filhos.

Relativamente às influências culturais que pretendem favorecer a agressão, estas dependem do contexto sociocultural global e das situações particulares. Karli (1987, citado por Fischer, 1992) enumera dois exemplos acerca da cultura da violência, de forma a comprovar a sua conceção de que a violência é mais do que um dado biológico, mas sim culturalmente codificada. Um primeiro exemplo centrou-se nos Yanomani da Venezuela. Esta sociedade é debilmente hierarquizada e não possui instituições de autoridade, sendo a violência um modelo institucionalizado de controlo social e, conseqüentemente, é a violência que estabelece a ordem e que é usada como resposta às tensões na sociedade. Nesta sociedade persistia um clima de perseguição e agressão, que originava uma hostilidade mútua entre as partes em oposição. Neste sistema, a vingança era embutida desde tenra idade na criança como um valor positivo e primordial e como forma legítima e legitimada de destruição dos outros. Um segundo exemplo, oposto ao primeiro, mostra que, em algumas comunidades rurais taitianas, existia uma conspiração contra a agressão, isto é, rejeitavam a agressão e defendiam a aprendizagem do controlo da cólera e a aquisição de uma autonomia discreta e que estas comunidades gastavam muita energia para educar os seus filhos a evitar a agressão.

b) Fatores de personalidade

Os fatores de personalidade têm como ênfase estudar se é possível relacionar o comportamento agressivo com determinados traços de personalidade. Os fatores de personalidade, nos dias que correm, não são considerados dados adquiridos, mas sim elementos construídos pela experiência e pelo contexto em que o indivíduo está inserido. Por sua vez, estes elementos têm um papel central na formação da personalidade através da socialização, no seio familiar, e pode conduzir a determinadas formas de agressividade.

Alguns fatores determinantes da personalidade são a história individual e socialização, a perda de controlo, a perda de identidade, o medo da desaprovação social e o sentimento de culpa e, por último, as características implícitas das personalidades violentas.

Relativamente à história individual e à socialização, segundo Karli (1987, citado por Fischer, 1992, p. 51), uma agressão “revela uma personalidade forjada por uma vivência, uma forma individual e historicamente constituída de apreender as situações e os acontecimentos e de os enfrentar”. No desenvolvimento da personalidade, o processo de socialização, colocado em prática pelo meio familiar desde o início da vida, desempenha um papel fulcral

na utilização de mecanismos que inibem os comportamentos agressivos. No estudo de Olweus (1984), constatou-se que determinados comportamentos agressivos em crianças se encontravam nos mesmos sujeitos em adolescentes. Este estudo teve como objetivo averiguar, nas atitudes dos pais, uma explicação para o desenvolvimento de condutas agressivas nos seus filhos, tendo-se chegado à conclusão que duas atitudes da mãe face ao seu filho eram determinantes, nomeadamente: (1) a atitude “negativa”, com indiferença e frieza ou até mesmo uma total hostilidade e rejeição e (2) a atitude “permissiva”, passando para os filhos todas as agressões cometidas, e não os ensinando a autocontrolarem-se. Adicionalmente, para Karli (1987, citado por Fischer, 1992, p. 52), as atitudes parentais e as interações no seio familiar constituem um papel fundamental, devido a três razões: “orientam o desenvolvimento afetivo da criança; ajudam ou não a criança a adquirir o controlo de si necessário ao desenvolvimento da sua autónoma; e fornecem referências e modelos”. Com base nisto, demonstra-se a importância do estabelecimento de laços socioafetivos ao longo da socialização, sendo que a qualidade e natureza destes laços têm implicações no carácter agressivo que podem provocar no comportamento da criança e que serão, posteriormente, conservados de maneira estável.

No que diz respeito à perda de controlo, alguns trabalhos demonstraram que o sentimento de domínio, ou a sua ausência, sobre uma situação ou acontecimento têm implicações na forma de agir, mais especificamente quando se tem a impressão de não se possuir controlo sobre uma situação, experienciamo-la de um modo negativo. No trabalho de Seligman (1975), onde o sujeito é colocado num contexto em que não possui qualquer controlo, observaram-se as suas consequências, constatando-se uma diminuição da agressividade nestes, uma grande sensação de confusão e um sentimento de perda de controlo face ao acontecimento. Surge, então, uma distinção entre controlo interno (indivíduos que apresentam sentimentos de domínio sobre os acontecimentos - sujeitos internos) e controlo externo (indivíduos que se sentem dependentes das situações, exercendo-se sobre eles um controlo externo - sujeitos externos) e, com base nesta distinção, é possível observar que a agressividade é menor naqueles que se sentem incapazes de agir sobre a situação, embora, por vezes, estes possam apresentar uma maior agressividade como reação a provocações brutais.

A perda de identidade faz parte do segundo fator dos traços pessoais que pode influenciar a conduta agressiva. A desindividuação (i.e., perda de referências de identidade), corresponde à perda da consciência pessoal e é manifestada sob a forma de uma diminuição do controlo de si e das inibições da expressão de cólera ou ódio. Festinger, Pepitone e Newcomb (1952) concluíram que indivíduos que faziam parte de um grupo no qual era difícil efetuar a sua identificação pessoal (devido a máscaras e roupas largas), apresentavam uma maior hostilidade a partir de agressões verbais, do que aqueles que integravam um grupo onde eram facilmente identificáveis. Outro estudo que corrobora estes resultados foi o de

Diener, Fraser, Beaman e Kelem (1976) onde a desindividuação favorecia o roubo de dinheiro e bombons, concluindo-se que a perda de identidade dilui o sentido de responsabilidade social.

No que diz respeito ao medo da desaprovação social e ao sentimento de culpa, procurou estudar-se as diferenças na agressão, através do papel do medo das sanções sociais. Foi colocada a hipótese de que, tendo em conta que o medo de uma repressão é provável de reduzir a agressão, indivíduos com elevado nível de medo de desaprovação social apresentariam uma menor agressividade, comparativamente com os que têm um menor nível de medo. Os resultados da experiência em que dois grupos (um com elevado medo de desaprovação social e outro com um medo reduzido) tinham de administrar descargas elétricas, mostraram que indivíduos com pouco medo escolheram descargas de maior intensidade, enquanto que os que apresentavam um nível superior de medo administraram descargas mais fracas (Fischer, 1992). Atendendo a estes resultados, é possível observar a interligação entre o medo da desaprovação social e a diminuição do comportamento agressivo, onde o juízo de outra pessoa é um fator de inibição nos sujeitos cujo medo é expresso fortemente. Ainda, Knott, Lasater e Sherman (1974) abordaram o sentimento de culpa, colocando a hipótese de que indivíduos com um resultado elevado nas escalas de culpa relativas à agressão, comparativamente aos sujeitos com resultados baixos, apresentavam menos comportamentos agressivos. Esta hipótese foi confirmada, na medida em que os sujeitos com resultados elevados na escala de culpa e hostilidade, administraram menos descargas do que os outros.

c) Fatores sociais

O comportamento agressivo é determinado pelas condições sociais em que é produzido, sendo que cada comportamento está inserido numa categoria social, em instituições e grupos, nos quais a violência se exprime de diversas formas, sendo que todos estes elementos influenciam este comportamento. Dentro dos fatores sociais, a influência social, a categorização social e as relações intergrupos são variáveis importantes para compreender as condições sociais.

Segundo a influência social existem duas perspetivas que podem dar um apoio normativo à agressão, sendo elas a presença ou intervenção de outra pessoa e as pressões sociais exercidas na relação com a autoridade. Na presença ou intervenção de outrem, as investigações demonstraram que, com base na presença de outra pessoa, o agressor avalia o carácter apropriado ou não da sua ação e, por sua vez, avalia a aprovação ou desaprovação social da sua conduta agressiva. Outro estudo corrobora estes resultados, concluindo que sujeitos incutidos, pelos observadores externos, a administrar choques mais fortes, aumentam a intensidade dos mesmos. Assim, o comportamento agressivo é modulado em termos de adaptação, dependendo do valor que o indivíduo atribui à avaliação que o outro faz de si (Fischer, 1992). No que diz respeito à violência legitimada pela submissão à autoridade, a

organização social (i.e., conjunto hierarquizado em diversos níveis de poder) mostra a presença, nos organismos da sociedade, de uma violência legitimada pela autoridade e justificada pela submissão às ordens. Kren e Rappoport (1980) demonstraram que, no caso do racismo, os comportamentos agressivos eram legitimados socialmente, devido a ser um fenômeno social dominante (onde indivíduos comuns, que fazem parte de um grupo dominante, são colocados em situações que “autorizam” o uso da violência). A pesquisa de Bickman (1974) defendeu que, como a autoridade é um objeto de aprovação social, esta torna a sua ordem legítima e conduz aos comportamentos de submissão à autoridade, acreditando os indivíduos que estão a efetuar uma ação moral. Portanto, um comportamento agressivo pode ocorrer, por vezes, como um comportamento aprovado e apropriado.

A categorização social é uma forma de apreensão do outro, classificando-o segundo esquemas e reduzindo-o a características sucintas de forma a avaliá-lo socialmente, sendo que esta categorização apresenta um papel no desenvolvimento do comportamento agressivo. Na experiência de Donnerstein, Donnerstein, Simon e Ditrichs (1972), estudantes de etnia caucasiana tinham de administrar choques elétricos a estudantes caucasianos ou negros, onde não era revelada a identidade dos primeiros. Antes de se iniciar a experiência, os estudantes foram informados de que tinham a oportunidade, depois da primeira parte, de trocar de papel e irem para o lugar da vítima. Os resultados sugerem que o anonimato e a eventualidade de trocarem os papéis determina o nível de agressão. Ainda, no momento de decisão da não mudança de papéis, os estudantes caucasianos foram mais agressivos com os estudantes negros e adotaram comportamentos mais agressivos em situações de anonimato, mesmo quando os estereótipos negativos foram inferiores e a sua conduta não representava perigo para eles. Com base nisto, concluiu-se que as relações, quando determinadas pelos estereótipos, originam tendências agressivas, apresentando um maior nível de agressividade quando desenvolvidas em anonimato (promovendo a inferiorização da outra pessoa e a justificação social que deriva desta).

Nas relações intergrupais, a conduta agressiva foi estudada em dois pontos de vista: (1) o grupo enquanto referência do comportamento agressivo e (2) as relações intergrupais como sendo determinantes nas condutas específicas da agressão. Inúmeros estudos demonstraram que a coesão e o sentimento de pertença desencadeavam níveis de agressão mais elevados contra os outros e que os comportamentos agressivos em grupo eram mais frequentes do que os de um indivíduo isolado; também a cooperação e a competição interferem significativamente na conduta agressiva. O estudo de Sherif e Sherif (1953) sobre dois grupos de crianças numa colónia de férias veio corroborar estes dados, mostrando que a competição entre os grupos provocou estereótipos negativos e, por sua vez, desenvolveu comportamentos agressivos. A investigação de White (1977), que incidiu em vários conflitos armados (guerra no Vietname, duas guerras mundiais e conflito no Médio Oriente) demonstrou as características das relações intergrupais nestas circunstâncias. Uma percepção dualista, que

alimenta o comportamento agressivo e elimina todas as questões relativamente aos efeitos das suas ações, define o outro como algo mau e que é necessário destruir. Neste sentido, estas relações intergrupais funcionam consoante o modo de clivagem bom ou mau, onde grupos opostos percebem a conduta do outro como errada e, assim, sofrem uma reprovação e agressão legítima.

d) Fatores cognitivos

A Psicologia Social considera que os fatores cognitivos apresentam uma influência sobre o comportamento agressivo, tendo desenvolvido inúmeras orientações, tais como as cognições dos alvos de agressão, a atribuição das motivações, as relações entre consciência de si e agressão e as relações entre os fatores afetivos e cognitivos da agressão (Fischer, 1992).

Um tipo de orientação inicial centrou-se na avaliação de uma situação agressiva e o impacto desta na reação à agressão. Numa experiência (Fischer, 1992) com indivíduos do sexo masculino que eram agredidos por um companheiro, devido ao trabalho que forneciam, foi-lhes pedido que realizassem tarefas alternadas (ou de repouso ou de grande dificuldade física) e, numa fase seguinte, eram divididos em dois grupos que assistiam a ofensas proferidas por um colega contra um estudante que deveria aplicar questionários aos grupos. No entanto, num dos grupos, o estudante fornecia uma explicação para a agressão do colega, dizendo que estava numa situação pessoal complicada. Os resultados demonstraram que a hostilidade dos indivíduos diminuiu devido às explicações fornecidas e, portanto, os fatores cognitivos tendem a atenuar a situação, limitando o desenvolvimento do comportamento agressivo.

Outro ponto de vista remete para a ideia de que os fatores cognitivos se tratavam de juízos partilhados cujo objetivo era rotular um comportamento como sendo agressivo, assinalando o quão importante são as inferências causais efetuadas pelos indivíduos. No que diz respeito à resposta a dar nas situações de interação, os sujeitos regem-se pelos códigos normativos comuns aos membros do grupo. Com base nisto, um determinado comportamento e atitude são classificados com base nas normas admitidas pelo grupo. Gloria e Ridder (1977) desenvolveram uma experiência onde os indivíduos eram colocados sucessivamente numa posição de vítimas e agressores e tinham que administrar choques elétricos, tendo como base a norma através da qual as trocas se consideravam nocivas ou benéficas e onde a agressão era uma infração às normas. Verificou-se que, quando os participantes consideravam o choque como uma transgressão à norma, adotavam um comportamento agressivo ainda mais forte.

É de referir, igualmente, a importância da rotulagem dos comportamentos e emoções, devido ao facto de serem uma forma de codificar o sentido de uma ação, isto é, todos os rótulos são guias que orientam a nossa compreensão (Dienstbier, Hillman, Lehnhoff, Hillman, & Valkenaar, 1975).

e) Fatores ambientais

Nos fatores ambientais incluem-se fatores quotidianos como o barulho ou o calor, suscetíveis de originar formas de agressão.

O barulho está presente em inúmeras situações do nosso dia a dia (e.g., barulho dos motores ou música) e, por isso, as investigações em Psicologia focaram-se em compreender se um elevado barulho tem influência na conduta agressiva. Diversos estudos mostraram que quando os membros de um grupo são expostos a um barulho intenso, comparativamente com os expostos a um barulho menos intenso, apresentam comportamentos mais agressivos. Embora não se consiga estabelecer uma ligação direta entre agressão e barulho, é visível a influência deste fator no contexto e no estado geral da pessoa, podendo, como consequência, ativar as tendências agressivas latentes, presentes no indivíduo. Moch (1985, citado por Fischer, 1992) veio demonstrar a importância da interpretação subjetiva do barulho, sendo que este tem um efeito mais ou menos nocivo consoante o valor atribuído tenha sido positivo ou negativo. É de referir que o barulho não é causa direta da tendência para a agressão, mas sim a reação ao barulho, podendo este tornar-se um fator de irritação e elevado *stress*, resultando na agressão (Fischer, 1992).

Outro fator importante a estudar, segundo Fischer (1992) é o calor, visto que algumas pessoas têm tendência a ser mais agressivas quando a temperatura é elevada. Adicionalmente, alguns indivíduos agredidos canalizam a agressão de que são alvo até um determinado patamar e, quando expostos a temperaturas elevadas, tornam-se eles próprios agressivos. Portanto, o aumento do calor não provoca necessariamente as manifestações de agressão face aos outros, mas sim os sentimentos negativos de desconforto que os indivíduos procuram amenizar - algumas vezes através do comportamento agressivo.

Em suma, o barulho e o calor são variáveis situacionais que, apesar de não estarem na origem dos comportamentos agressivos, podem desencadear, acentuar e amplificar tendências agressivas já existentes no sujeito (Fischer, 1992).

1.3. Dados da investigação

Nesta parte do capítulo serão abordados alguns dados de investigações relativos às crenças de violência conjugal e à agressão, nomeadamente em termos de idade, género, curso e estado civil.

Os dados da *National Family Violence Survey* (NFVS) de 1985 mostram que 16% dos casais Americanos já tinham cometido algum tipo comportamento agressivo um com o outro, ao longo do ano anterior. Já a investigação de Alvim e Souza (2005), constituída por dez participantes (três mulheres e sete homens) de idades variadas (18-56 anos) e

relacionamentos com diferentes durações (1-36 anos), na qual o objetivo era explorar as experiências de violência conjugal, os autores constataram que os tipos de violência física mais nomeados foram o apertar, morder, arranhar, dar bofetadas, empurrar e agredir com objetos. Os participantes também relataram violência psicológica, sob a forma de mentir, gritar e ameaçar.

Relativamente ao género, Englander (1997) verifica que os homens e mulheres diferem com maior dimensão nas taxas de comportamento violento do que nos restantes comportamentos. Por outro lado, no seu estudo sobre os registos policiais dos homicídios na Filadélfia entre 1948 e 1952, Wolfgang (1958) verificou que 82% dos agressores eram do sexo masculino. Estes dados são corroborados no estudo de Lagan e Innes (1986), onde em 70% dos casos o homem é o perpetrador da violência entre companheiros. Também o *Uniform Crime Report* (UCR, 1989, citado por Englander, 1997), recolhido anualmente pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI), demonstra que 9 dos 10 homicidas são do sexo masculino.

Mendes e Cláudio (2010), ao estudarem as crenças e atitudes dos estudantes de Enfermagem, Engenharia e Psicologia de Lisboa, Évora, Beja e Faro face à violência doméstica, recorrendo à Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal (E.C.V.C.). Este estudo revelou que 54% dos estudantes responderam “Discordo totalmente” às frases da E.C.V.C. e 30% responderam “Discordo”. No que diz respeito aos fatores mais utilizados para tolerar a violência foram a atribuição a causas externas e preservação da intimidade familiar. No que diz respeito ao género, observaram-se diferenças estatisticamente significativas, onde o sexo masculino apresentou uma maior aceitação da violência e uma maior banalização da pequena violência nos relacionamentos, sendo a razão para isto o facto de considerarem determinadas condutas das mulheres como responsáveis pela violência doméstica e recorrerem a causas externas (e.g., álcool, desemprego) para justificarem a violência.

Matos e Cláudio (2010) observaram diferenças entre os quatro fatores da E.C.V.C. (“Legitimação e banalização da pequena violência”, “Legitimação da violência pela conduta da mulher”, “Legitimação da violência pela atribuição a causas externas” e “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”) e na escala global, tendo os homens obtido resultados significativamente mais elevados do que as mulheres, o que indica uma posição menos culpabilizante e uma menor preocupação com a violência. Estes resultados vão ao encontro de outras investigações (Bryant, & Spencer, 2003; Sun, 2007), defendendo que as mulheres tendem a considerar esta situação de violência como mais grave e a culpabilizar o homem pelas agressões (Matos, & Cláudio, 2010). Ainda, no estudo de Czuba (2015), verificou-se que os homens apresentam mais crenças legitimadoras de violência conjugal quando comparados com as mulheres, embora estas diferenças não sejam estatisticamente significativas.

Na literatura observa-se, também, que nos quatro fatores do Questionário de Agressão (Q.A.) de Buss e Perry (1992) e na agressão em geral, os homens apresentam pontuações superiores às das mulheres. Contudo, no estudo de Gouveia, Chaves, Peregrino, Branco e Gonçalves (2008), estes resultados foram contraditórios no fator “Raiva”, não apresentando diferenças estatisticamente significativas. No estudo de Nakano (2001), por sua vez, foram verificadas diferenças estatisticamente significativas consoante o gênero nos fatores de “Agressão física” e “Agressão verbal”, onde os homens obtiveram pontuações significativamente superiores às das mulheres, no entanto nos restantes fatores (“Raiva” e “Hostilidade”) não foram obtidas diferenças estatisticamente significativas. Os estudantes masculinos denotaram uma maior probabilidade de apresentar o componente instrumental ou motor do comportamento.

Porém, existem alguns estudos que afirmam o contrário. Nos autorrelatórios do NFVS, em 1975, descritos no artigo de Straus, Gelles e Steinmetz (1980), aproximadamente 12% das pessoas do sexo masculino e feminino admitiram o uso de qualquer forma de violência contra o seu parceiro. De igual modo, investigações mais recentes, como a do NFVS de 1985 (O’Leary et al., 1989; Straus, & Gelles, 1986), demonstraram que, tanto os homens como as mulheres, apresentam iguais taxas de perpetração da violência. Nestes casos, a diferença prende-se com o tipo de violência utilizada: enquanto que os homens recorrem mais a uma violência severa, como dar murros, as mulheres utilizam uma violência menos severa, nomeadamente dar bofetadas ou atirar objetos (Straus, & Gelles, 1990; Straus et al., 1980). Já de acordo com Luthra e Gidycz (2006), 83% dos estudantes universitários do sexo feminino admitiram perpetrar violência, enquanto que 30% dos estudantes do sexo masculino relataram ser agressores.

Importa, ainda, referir que, no estudo de Coelho (2005), focado em determinar a prevalência de Violência Conjugal nas mulheres inscritas na Unidade de Saúde Familiar - USF - Horizonte (Matosinhos, Portugal) constatou-se que, do total das mulheres agredidas, 58.6% destas tinham sido agredidas pelo atual companheiro, 36.2% pelo anterior companheiro e 5.2% por ambos. Os tipos de agressão mais frequentes nestas mulheres foram “Bateu-lhe na face” (81.1%), “Agarrou-a ou empurrou-a” (62.1%), “Deu-lhe um pontapé ou murro” (48.6%) e “Deu murros ou pontapés nas paredes ou mobílias” (48.6%).

No que diz respeito à idade, Matos e Cláudio (2010) dividiram esta variável em diferentes escalões etários e realizaram testes ANOVA e, posteriormente, o teste de comparação múltipla de Tukey. No teste ANOVA constataram apenas uma diferença estatisticamente significativa no fator 2 (“Legitimação da violência pela conduta da mulher”). Com base neste resultado, recorreram ao teste de Tukey e verificaram que as diferenças significativas foram entre os indivíduos do escalão etário dos 20 aos 30 anos e os do escalão etários dos 31 aos 40 anos, e entre os sujeitos do escalão etário dos 20 aos 30 anos e os do

escalão etário superior a 51 anos, ou seja, os sujeitos mais novos obtiveram resultados mais elevados no fator 2.

No estudo de Mendes e Cláudio (2010), os resultados obtidos na idade não são idênticos aos das outras investigações e uma explicação para tal pode ser o facto de nos jovens existir uma dessensibilização face à violência, pois estes hoje em dia estão expostos à violência, seja através dos jogos ou dos filmes. Assim, na legitimação da violência doméstica, estudantes até aos 20 anos de idade apresentaram valores significativamente mais elevados de legitimação quando comparados aos estudantes entre os 21 e 25 anos. Ainda, estudantes mais novos demonstraram uma maior tendência a minimizar a pequena violência na relação, considerando que as mulheres merecem este tipo de violência e atribuindo a culpa a fatores externos. No entanto, Coelho (2005) não constatou diferenças estatisticamente significativas consoante à idade das mulheres.

No que diz respeito às habilitações literárias, foram muitos os estudos que se centraram na *performance* na escola e a sua relação com a eventual delinquência ou, até mesmo criminalidade. Kirkegaard-Sorenson e Mednick (1977) e Ellis (1990) afirmaram que a realização ao nível educacional e o comportamento escolar são bons preditores da criminalidade. Por sua vez, Weiss (1990) descobriu que a hiperatividade, fator de risco para a criminalidade, estava associada a uma baixa realização educacional e, também, que a recuperação de cuidados pré-natais entre leve a moderada (fator de risco para a violência) depende, em parte, da qualidade da educação da criança. Ainda, Denno (1990), na sua investigação com delinquentes, verificou que um bom preditor entre delinquentes e não delinquentes era a realização da linguagem e os níveis educacionais das suas mães. Por fim, Kandel (1987) e Kandel e colaboradores (1988) constataram que, embora existissem crianças com um alto risco de delinquência, estas eram protegidas pelo seu alto Quociente de Inteligência (QI) que, por sua vez, fez com que fosse mais fácil serem bem-sucedidas na escola. É importante referir, ainda, um estudo que se focou não no comportamento criminal, mas sim no comportamento violento. Este estudo procurou, então, relacionar a realização educacional com o comportamento violento e descobriu uma relação inversa entre a realização educacional e a probabilidade de se vir a tornar violento para a sua esposa (Hotaling, & Sugarman, 1986).

Ainda relativamente ao nível escolar e ao comportamento violento, Kandel-Englander (1992) realizou um estudo baseado na comparação do número total de anos escolares completados nos homens violentos e nos não-violentos. Esta autora concluiu que os homens violentos, comparativamente com os homens não-violentos, não diferiam nos anos que permaneciam na escola. No entanto, Wesley (1994) defende que a alta realização no período escolar é um bom preditor da entrada na faculdade que, por sua vez, promove um bom comportamento social e diminui a violência. Portanto, em termos das habilitações literárias, os estudos apontam que um fator preditivo do bom comportamento social é a realização

escolar, estando esta associada a determinadas variáveis como a alta autoestima, o *locus* de controlo interno e o sucesso financeiro (Englander, 1997). O número de anos escolares que a criança passa na escola poderá, então, determinar se esta se irá ou não tornar violenta, sendo que uma alta realização escolar está associada a uma classe social mais alta, prevenindo desta forma a agressividade, especialmente nos rapazes (Moss, Mezzick, Yao, Gavalier, & Martin, 1995).

Na pesquisa de Matos e Cláudio (2010), verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em todos os fatores da E.C.V.C. e na escala global. Mais concretamente, os indivíduos que não completaram o 9º ano obtiveram pontuações mais elevadas do que todos os outros grupos, em todos os fatores e na escala global, e os indivíduos com o 9º ano pontuaram sempre mais alto do que aqueles com o ensino superior. Ou seja, quanto mais elevado for o grau académico mais baixos são os resultados.

No que concerne ao curso, foi possível observar que os estudantes de Engenharia apresentaram valores significativamente mais elevados de legitimação da violência, quando comparados com os estudantes de Enfermagem e Psicologia. Contudo, nestes estudantes (Enfermagem e Psicologia) observa-se uma maior desvalorização da pequena violência nos relacionamentos, atribuindo a culpa para tal ao comportamento da mulher (Mendes, & Cláudio, 2010).

No que concerne ao nível socioeconómico, Daniel, Hampton e Newberger (1983) mostraram evidências de que nas famílias com baixo nível socioeconómico existe uma maior probabilidade de se recorrer à violência, visto que a pobreza engloba um nível de *stress* e tensão mais elevados que poderão conduzir a uma resposta de hostilidade e agressão contra os seus familiares.

Relativamente à orientação sexual, Eaton e colaboradores (2008) verificaram que tanto nas relações heterossexuais como homossexuais, os agressores recorrem aos mesmos tipos de violência (e.g., intimidação, abuso emocional), com a finalidade de preservarem o controlo do parceiro. Merrill e Wolfe (2000) afirmam que 87% dos casais homossexuais experienciam agressões físicas severas e 85% destes experiencia abusos emocionais.

Em termos de tipos de relacionamento, Lane e Gwartney-Gibbs (1985) descobriram que sujeitos casados são menos violentos do que os não casados. Outro estudo de Stets e Straus (1990b) demonstrou uma alteração do uso da violência na progressão da coabitação para o casamento. Enquanto que os homens apresentaram uma menor probabilidade de ser violentos no namoro e uma maior tendência para a violência quando casados, as mulheres apresentaram uma menor probabilidade de serem violentas no casamento e coabitação, e uma maior probabilidade no namoro. A percentagem de ambos os companheiros serem violentos foi mais elevada nas relações de coabitação do que no namoro ou no casamento.

Ainda, no estudo de Coelho (2005), verificou-se uma associação estatisticamente significativa entre o estado civil da mulher e a violência conjugal, onde as mulheres divorciadas e separadas apresentavam um maior número de casos de violência conjugal. Em termos de agregado familiar, a violência é superior nas famílias reconstruídas e monoparentais, quando comparadas com as famílias nucleares e alargadas.

No que diz respeito ao local de residência, Correia (2013) centrou-se em investigar as possíveis diferenças entre o local de residência no distrito de Lisboa e o local de residência no distrito de Setúbal em termos das crenças de legitimação da violência conjugal, constatando-se que, embora os valores do distrito de Lisboa sejam inferiores aos do distrito de Setúbal, no fator 1 (“Legitimação e banalização da pequena violência”) e fator 3 (“Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”) da E.C.V.C., não se observaram diferenças estatisticamente significativas. Contrariamente, nos fatores 2 (“Legitimação da violência pela conduta da mulher”) e fator 4 (“Legitimação da violência pela preservação da privacidade”) são observadas diferenças estatisticamente significativas e, novamente, a média das respostas dos habitantes do distrito de Lisboa é inferior às respostas dos habitantes do distrito de Setúbal.

1.4. Objetivos e hipóteses

Esta investigação teve como principal intuito analisar a possível relação entre as crenças acerca da violência conjugal e a predisposição para a agressão, nomeadamente ao nível do género, do curso e do estado civil. Considerando os dados da investigação revistos, parece oportuno seguir este ramo colocando as seguintes questões de investigação e respetivas hipóteses de investigação:

1. Há diferenças entre os estudantes universitários do género masculino e estudantes universitários do género feminino ao nível das dimensões das crenças da violência conjugal (E.C.V.C.)?

a) Legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1)

H0: Não há diferenças entre os estudantes universitários do género masculino e estudantes universitários do género feminino ao nível da legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1).

H1: Há diferenças entre os estudantes universitários do género masculino e estudantes universitários do género feminino ao nível da legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1).

b) Legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2)

H0: Não há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2).

H1: Há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2).

c) Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3)

H0: Não há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3).

H1: Há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3).

d) Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4)

H0: Não há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4).

H1: Há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4).

2. Há diferenças entre os estudantes universitários ao nível das dimensões das crenças da violência conjugal (E.C.V.C.) em função do curso (área científica)?

a) Legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1)

H0: Não há diferenças entre o nível da legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1) em função do curso (área científica).

H1: Há diferenças entre o nível da legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1) em função do curso (área científica).

b) Legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2)

H0: Não há diferenças entre o nível da legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2) em função do curso (área científica).

H1: Há diferenças entre o nível da legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2) em função do curso (área científica).

c) Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3)

H0: Não há diferenças entre o nível da legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3) em função do curso (área científica).

H1: Há diferenças entre o nível da legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3) em função do curso (área científica).

d) Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4)

H0: Não há diferenças entre o nível da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4) em função do curso (área científica).

H1: Há diferenças entre o nível da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4) em função do curso (área científica).

3. Há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível das dimensões das crenças da violência conjugal (E.C.V.C.)?

a) Legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1)

H0: Não há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível da legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1).

H1: Há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível da legitimação e banalização da pequena violência (ECVC_F1).

b) Legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2)

H0: Não há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível da legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2).

H1: Há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível da legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2).

c) Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3)

H0: Não há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível da legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3).

H1: Há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível da legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC_F3).

d) Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4)

H0: Não há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4).

H1: Há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC_F4).

4) Há diferenças entre os estudantes universitários do género masculino e estudantes universitários do género feminino ao nível das dimensões da agressão (Q.A.)?

a) Agressão física (QA_F1)

H0: Não há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da agressão física (QA_F1).

H1: Há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da agressão física (QA_F1).

b) Agressão verbal (QA_F2)

H0: Não há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da agressão verbal (QA_F2).

H1: Há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da legitimização da violência pela conduta da mulher (ECVC_F2).

e) Raiva (QA_F3)

H0: Não há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da raiva (QA_F3).

H1: Há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da raiva (QA_F3).

f) Hostilidade (QA_F4)

H0: Não há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da hostilidade (QA_F4).

H1: Há diferenças entre os estudantes universitários do gênero masculino e estudantes universitários do gênero feminino ao nível da hostilidade (QA_F4).

5) Há diferenças entre os estudantes universitários ao nível das dimensões da agressão (Q.A.) em função do curso (área científica)?

a) Agressão física (QA_F1)

H0: Não há diferenças entre o nível da agressão física (QA_F1) em função do curso (área científica).

H1: Há diferenças entre o nível da agressão física (QA_F1) em função do curso (área científica).

b) Agressão verbal (QA_F2)

H0: Não há diferenças entre o nível da agressão verbal (QA_F2) em função do curso (área científica).

H1: Há diferenças entre o nível da agressão verbal (QA_F2) em função do curso (área científica).

c) Raiva (QA_F3)

H0: Não há diferenças entre o nível da raiva (QA_F3) em função do curso (área científica).

H1: Há diferenças entre o nível da raiva (QA_F3) em função do curso (área científica).

d) Hostilidade (QA_F4)

H0: Não há diferenças entre o nível da hostilidade (QA_F4) em função do curso (área científica).

H1: Há diferenças entre o nível da hostilidade (QA_F4) em função do curso (área científica).

6) Há diferenças entre o estado civil dos estudantes universitários ao nível das dimensões da agressão (Q.A.)?

a) Agressão física (QA_F1)

H0: Não há diferenças entre o estado civil dos estudantes ao nível da agressão física (QA_F1).

H1: Há diferenças entre o estado civil dos estudantes ao nível da agressão física (QA_F1).

b) Agressão verbal (QA_F2)

H0: Não há diferenças entre o estado civil dos estudantes ao nível da agressão verbal (QA_F2).

H1: Há diferenças entre o estado civil dos estudantes ao nível da agressão verbal (QA_F2).

c) Raiva (QA_F3)

H0: Não há diferenças entre o estado civil dos estudantes ao nível da raiva (QA_F3).

H1: Há diferenças entre o estado civil dos estudantes ao nível da raiva (QA_F3).

d) Hostilidade (QA_F4)

H0: Não há diferenças entre o estado civil dos estudantes ao nível da hostilidade (QA_F4).

H1: Há diferenças entre o estado civil dos estudantes ao nível da hostilidade (QA_F4).

7) As crenças acerca da violência conjugal estão significativamente correlacionadas com a agressividade nos estudantes universitários?

H0: Não existe associação nos estudantes universitários entre as crenças da violência conjugal (ECVC_F1, ECVC_F2, ECVC_F3 e ECVC_F4) e a agressividade (QA_1, QA_2, QA_3 e QA_4).

H1: Existe associação nos estudantes universitários entre as crenças da violência conjugal (ECVC_F1, ECVC_F2, ECVC_F3 e ECVC_F4) e a agressividade (QA_1, QA_2, QA_3 e QA_4).

Capítulo 2 - Método

Nesta segunda parte irá ser apresentado o presente estudo acerca das crenças e comportamentos da violência conjugal, onde será descrito o método da investigação, nomeadamente, os participantes, os instrumentos de avaliação e os procedimentos utilizados.

2.1. Participantes

Os participantes deste estudo foram estudantes universitários, a frequentar o primeiro ano do Ensino Superior, em diferentes áreas científicas (Ciências do Desporto, Ciências Políticas e Relações Públicas, Economia, Gestão, Marketing, Psicologia e Sociologia), de uma instituição de ensino superior (Universidade da Beira Interior).

Na presente investigação participaram 285 sujeitos, dos quais 119 (43.0%) são do género masculino e 158 (57.0%) são do género feminino.

Quanto à idade, esta varia entre os 18 e os 37 anos, sendo que 113 participantes (40.9%) têm 18 anos de idade, 91 participantes (33.0%) têm 19 anos, 31 participantes (11.2%) têm 20 anos, 18 participantes (6.5%) têm 21 anos, 11 participantes (4.0%) têm 22 anos, 2 participantes (0.7%) têm 23 anos e 7 participantes (2.5%) têm 24 anos. Quanto às restantes idades, 3 participantes (0.4% cada) apresentaram uma idade de 25, 28 e 37.

Relativamente à nacionalidade, a maioria dos participantes, 237 (85.9%), é de nacionalidade Portuguesa, enquanto que 39 participantes (14.1%) são de outra nacionalidade. Dentro da outra nacionalidade verifica-se que 23 sujeitos (8.1%) são de nacionalidade Brasileira, 9 participantes (3.2%) são de nacionalidade Angolana e os restantes 5 participantes (0.4% cada) variam entre nacionalidade Boliviana, Cubana, Inglesa, Portuguesa e Brasileira, e Timorense.

No que diz respeito ao curso, é possível constatar que 50 indivíduos (17.5%) são do curso de Ciências do Desporto (CD), 45 indivíduos (15.8%) são do curso Ciências Políticas e Relações Públicas (CPRI), 35 indivíduos (12.3%) são do curso de Economia (ECON), 42 indivíduos (14.7%) são do curso de Gestão (GEST), 25 indivíduos (8.8%) são do curso de Marketing (MKT), 46 indivíduos (16.1%) são do curso de Psicologia (PSI) e 30 indivíduos (10.5%) são do curso de Sociologia (SOC).

Em termos do estado civil, 151 dos participantes (56.6%) afirmaram não estar envolvidos num relacionamento íntimo, enquanto 116 dos participantes (43.4%) afirmaram estar num relacionamento íntimo. Dentro dos participantes que se encontram num relacionamento íntimo, 85 participantes (73.9%) encontram-se num namoro sem viver juntos,

10 participantes (8.7%) encontram-se num namoro a viver juntos, 19 participantes (16.5%) encontram-se num namoro sem compromisso e 1 participante (0.9%) está casado.

2.2. Instrumentos

Para os fins da pesquisa, neste estudo foram utilizados o Questionário sociodemográfico, a Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal (E.C.V.C.) e o Questionário da Agressão (Q.A.), descritos de seguida.

2.2.1. Questionário sociodemográfico

Um dos instrumentos utilizados foi o Questionário sociodemográfico (Anexo 2), visto que este permite a obtenção de dados relativos à população em estudo. Assim, este questionário permitiu reunir informações acerca da educação do participante, da composição do seu agregado familiar, do seu local de residência, da sua orientação sexual, entre outros. Estes dados são essenciais tanto para a caracterização da amostra, como para a compreensão da distribuição destes dados numa determinada população.

Dos dados recolhidos através deste questionário, foram tidos em conta as seguintes variáveis, consideradas nas hipóteses já apresentadas: género, curso (área científica) e estado civil.

2.2.2. Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal (E.C.V.C.)

A Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal (E.C.V.C.), desenvolvida por Machado, Matos e Gonçalves (2006), tem como objetivo avaliar as crenças relativamente à violência física e psicológica nas relações conjugais, mais especificamente mede o grau de tolerância/legitimação face à violência e as crenças específicas que contribuem para esta tolerância (Machado et al., 2006; Fernandes, 2014; Czuba, 2015).

Esta escala é de autopreenchimento e consiste em 25 afirmações nas quais o indivíduo, através de uma escala de *Likert* de cinco pontos (1 - *Discordo totalmente*, 2 - *Discordo*, 3 - *Não concordo nem discordo*, 4 - *Concordo* e 5 - *Concordo totalmente*), se tem que posicionar consoante o seu grau de concordância ou discordância face a estas. Verificou-se a existência de quatro fatores: (1) “Legitimação e banalização da pequena violência”, (2) “Legitimação da violência pela conduta da mulher”, (3) “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” e (4) “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”.

Alguns autores, como por exemplo Correia (2013) e Fernandes (2014), defendem que o fator 1, composto pelos itens 2, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, diz respeito a um conjunto de crenças que desvaloriza e normaliza a pequena violência como, por exemplo, insultos e bofetadas. O segundo fator, composto pelos itens 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12,

13, 14 e 23, está relacionado com a conduta feminina que legitima a violência como, por exemplo, ser infiel, faltar aos deveres e ser má esposa. Por sua vez, o fator 3, composto pelos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 apresenta um grupo de fatores externos ao maltratante como sendo a causa para a violência conjugal. Por último, defendem que no fator 4, composto pelos itens 1, 7, 8, 9, 15 e 17, para legitimar a violência conjugal, recorre-se à privacidade e à preservação das famílias, não permitindo intromissões de terceiros.

Os itens estão formulados no mesmo sentido, portanto, pode-se obter a pontuação total da escala através da soma direta da resposta dada a cada item (cotados de 1 a 5), o que nos permite obter o nível de aceitação e/ou tolerância associado à violência conjugal. Pode, também, obter-se a pontuação de cada fator somando os itens respetivos ao fator em questão, obtendo-se desta forma o tipo de crenças associadas à tolerância e/ou aceitação.

A E.C.V.C. apresenta uma elevada consistência interna com um alfa de Cronbach de .93, demonstrando, portanto, uma alta fidedignidade. Em termos dos fatores da escala, constatou-se que os quatro fatores explicam 56% da variância dos resultados, onde o fator 1 explica 40.2% da variância comum, o fator 2 explica 7.1%, o fator 3 explica 4.4% e o fator 4 explica 4.2% da variância comum (Czuba, 2015; Fernandes, 2014; Machado et al., 2006).

Na presente investigação, em termos de consistência interna, os itens da Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal, apresentam um alfa de Cronbach geral de .92, portanto uma excelente fidedignidade, resultado este que vai ao encontro da consistência interna obtida noutras investigações (e.g., Machado et al., 2009). No que diz respeito aos fatores da escala, no presente estudo, verificou-se que o fator 1 explica 58.7% da variância comum, o fator 2 explica 30.9%, o fator 3 explica 23.5% e o fator 4 explica 14.6% da variância comum.

A E.C.V.C. está direcionada para a população em geral, podendo ser administrada de forma individual ou em grupo, não apresentando tempo limite de administração.

2.2.3. Questionário da Agressão (Q.A.)

O Questionário da Agressão (Q.A.), teve como base o *Buss-Durkee Hostility Inventory* (BDHI), desenvolvido por Buss e Durkee (1957), que nas décadas de 60 a 80 foi muito utilizado nos estudos devido à sua abordagem multicomponencial da agressão. Este inventário apresenta sete escalas (“Ataque”, “Agressão indireta”, “Irritabilidade”, “Negativismo”, “Ressentimento”, “Desconfiança” e “Agressão verbal”), permitindo avaliar o quão agressiva a pessoa era, mas também estimar como a sua agressividade era manifestada. No entanto, este instrumento apresentava algumas limitações, nomeadamente (Buss, & Perry, 1992): (1) não ter sido realizada uma análise fatorial dos itens das sete escalas e (2) a escala de resposta empregue neste inventário ser no formato verdadeiro-falso, o que apenas produz estimativas.

De forma a superar estas limitações e a ir ao encontro dos padrões psicométricos estandardizados surge, então, o Q.A. (Buss, & Perry, 1992), traduzido por Simões (1993).

Este é um instrumento de autorrelato, que contém 29 itens divididos por quatro fatores: “Agressão física” (9 itens - itens 2, 5, 8, 11, 13, 16, 22, 25 e 29), “Agressão verbal” (5 itens - itens 4, 6, 14, 21 e 27), “Raiva” (7 itens - itens 1, 9, 12, 18, 19, 23 e 28) e, por fim, “Hostilidade” (8 itens - itens 3, 7, 10, 15, 17, 20, 24 e 26).

Alguns autores (Buss, & Perry, 1992; Nakato, 2001; Vieira, & Soeiro, 2002) defendem que a “Agressão física” e a “Agressão verbal” (por exemplo, o item 3 - *Se alguém me bate, respondo da mesma forma* e item 13 - *Não consigo ficar calado(a) quando as pessoas discordam de mim*, respetivamente) dizem respeito à componente instrumental ou motora da agressão visto que envolvem ferir ou prejudicar os outros. Por outro lado, a “Raiva” (por exemplo, o item 14 - *Os meus amigos dizem que gosto de discutir*) representa a componente emocional ou afetiva do comportamento, pois está associada a uma ativação fisiológica e à preparação para a agressão. Por último, a “Hostilidade” (por exemplo, o item 27 - *Fico desconfiado(a) de estranhos muito amáveis*) representa a componente cognitiva do comportamento, pois compreende os sentimentos de má vontade e de injustiça.

Tais itens são cotados com base numa escala do tipo Likert de 5 pontos (1 - *Nunca ou quase nunca*, 2 - *Poucas vezes*, 3 - *Algumas vezes*, 4 - *Muitas vezes*, 5 - *Sempre ou quase sempre*), onde as pontuações totais são obtidas a partir da média da soma dos 29 itens e as pontuações de cada fator através da média dos itens que compõem cada escala.

Relativamente às qualidades psicométricas do Q.A., segundo Cavalcanti e Pimental (2016), este instrumento apresentou um alfa de Cronbach geral de .89, portanto uma boa fidedignidade. Quanto aos fatores, verificou-se que o fator “Agressão verbal” revelou uma menor fidelidade (Cunha, & Gonçalves, 2012; Simões, 1993), apresentando, assim, os fatores “Agressão física”, “Raiva” e “Hostilidade” uma melhor replicação. É de referir também que, Nakato (2001) constatou que o item 7 da “Agressão física” e o item 4 da “Raiva” obtiveram cargas fatoriais relativamente baixas, visto tratarem-se de itens formulados na negativa e com pontuações inversas, enquanto que os restantes itens são formulados na positiva. Contudo, através de uma análise fatorial confirmatória, alguns autores (e.g., Cunha, & Gonçalves, 2012; McKay, Perry, & Harvey, 2016; Nakato, 2001) verificaram que, no geral, há uma replicação da estrutura dos quatro fatores obtidos por Buss e Perry (1992), apresentando níveis adequados de confiabilidade.

Na presente investigação, em termos de consistência interna, os itens do Q.A. apresentam um alfa de Cronbach geral de .81, portanto uma boa fidedignidade, o que é semelhante à consistência interna obtida noutros estudos (e.g., Cavalcanti, & Pimental, 2016; Gouveia, Chaves, Peregrino, Branco, & Gonçalves, 2008). Quanto aos fatores da escala, no

presente estudo, verificou-se que o fator 1 explica 33.2% da variância comum, o fator 2 explica 49.9%, o fator 3 explica 14.8% e o fator 4 explica 20.7% da variância comum.

2.3. Procedimento

O procedimento da presente investigação implicou o pedido das autorizações institucionais necessárias para a realização deste estudo e, após a aprovação do Comitê de Ética, o questionário foi distribuído presencialmente, durante o mês de março de 2018, tendo sido consideradas as exigências éticas aplicáveis na recolha dos dados. A participação neste estudo foi voluntária e foi assegurada a confidencialidade, tendo sido informado aos participantes o objetivo do estudo em questão e a importância da sua contribuição para o mesmo. Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Projeto Violência 360°, resultante de uma colaboração entre a Coolabora e o Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior.

O tratamento de dados foi efetuado com recurso ao software IBM SPSS, recorrendo-se a testes T-Student, testes ANOVA e correlações de Pearson.

O teste T-Student para amostras independentes é utilizado quando se pretende observar a possível existência de diferenças estatisticamente significativas nas médias da variável em estudo (no caso deste estudo foi a variável “Género” e “Estado civil”) e grupos de comparação (que corresponderão aos fatores utilizados no presente estudo). Para a comparação de três ou mais grupos independentes foi utilizado o teste de ANOVA, sendo que desta vez se recorreu à variável “Curso”. Relativamente às correlações, estas foram utilizadas para verificar a existência ou não de associação entre as variáveis, nomeadamente recorreu-se à correlação de Pearson, para testar a associação entre duas variáveis intervalares (*scale*). Neste estudo, a correlação foi utilizada entre os quatro fatores do E.C.V.C. (ECVC_F1, ECVC_F2, ECVC_F3 e ECVC_F4) e os quatro do Q.A. (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4). Para a interpretação da magnitude da associação foram utilizados os intervalos de interpretação para as Ciências Sociais, estabelecidos por Cohen (1988), sendo eles: $r = 0.1$ a 0.23 (com efeito de magnitude pequeno), $r = 0.24$ a 0.36 (efeito moderado) e $r = 0.37$ ou superior (efeito grande de magnitude; Martins, 2011).

Capítulo 3 - Resultados

Neste terceiro capítulo irão ser apresentados os resultados obtidos, recorrendo ao software IBM SPSS, em termos de estatística descritiva e estatística inferencial.

Idade

Relativamente às idades dos participantes, estes estão compreendidos entre os 18 e os 37 anos. Na Tabela 3, é possível constatar que 113 participantes (40.9%) têm 18 anos de idade, 91 participantes (33.0%) têm 19 anos, 31 participantes (11.2%) têm 20 anos, 18 participantes (6.5%) têm 21 anos, 11 participantes (4.0%) têm 22 anos, 2 participantes (0.7%) têm 23 anos e 7 participantes (2.5%) têm 24 anos. Quanto às restantes idades, 3 participantes (0.4% cada) apresentaram uma idade de 25, 28 e 37.

Tabela 3
Distribuição dos Participantes por Idade

Idade	<i>n</i>	%
18	113	40.9
19	91	33.0
20	31	11.2
21	18	6.5
22	11	4.0
23	2	0.7
24	7	2.5
25	1	0.4
28	1	0.4
37	1	0.4
Total	276	100.0

Género

No que diz respeito ao género, 119 dos participantes (43.0%) são do género masculino e 158 (57.0%) são do género feminino.

Tabela 4
Distribuição dos Participantes por Género

Género	<i>n</i>	%
Masculino	119	43.0
Feminino	158	57.0

Total	277	100.0
-------	-----	-------

Nacionalidade

Relativamente à nacionalidade (Tabela 5), 237 dos participantes (85.9%) são de nacionalidade Portuguesa, enquanto que 39 participantes (14.1%) são de outra nacionalidade. Quanto à “Outra nacionalidade” (Tabela 6), 23 dos participantes (8.1%) são de nacionalidade Brasileira e 9 participantes (3.2%) são de nacionalidade Angolana. Os restantes 5 participantes (0.4% cada) variam entre nacionalidade Boliviana, Cubana, Inglesa, Portuguesa e Brasileira, e Timorense.

Tabela 5
Distribuição dos Participantes por Nacionalidade

Nacionalidade	<i>n</i>	%
Portuguesa	237	85.9
Outra	39	14.1
Total	276	100.0

Tabela 6
Distribuição dos Participantes por Outra Nacionalidade

Outra nacionalidade	<i>n</i>	%
Angolana	9	3.2
Boliviana	1	0.4
Brasileira	23	8.1
Cubana	1	0.4
Inglesa	1	0.4
Portuguesa e Brasileira	1	0.4
Timorense	1	0.4
Total	37	100.0

Curso

Quanto ao curso, demonstrado na Tabela 7, é possível verificar que 50 indivíduos (17.5%) são do curso de Ciências do Desporto (CD), 45 indivíduos (15.8%) são do curso de Ciências Políticas e Relações Públicas (CPRI), 35 indivíduos (12.3%) são do curso de Economia (ECON), 42 indivíduos (14.7%) são da área de Gestão (GEST), 25 indivíduos (8.8%) são do curso de Marketing (MKT), 46 indivíduos (16.1%) são de Psicologia (PSI) e 30 indivíduos (10.5%) são do curso de Sociologia (SOC).

Tabela 7
Distribuição dos Participantes por Curso

Curso	<i>n</i>	%
Ciências do Desporto	50	17.5
Ciências Políticas e Relações Internacionais	45	15.8
Economia	35	12.3
Gestão	42	14.7
Marketing	25	8.8
Psicologia	46	16.1
Sociologia	30	10.5
Total	285	100.0

Orientação sexual

No que concerne à orientação sexual, observa-se que 233 dos participantes (91.7%) são heterossexuais, 7 participantes (2.8%) são homossexuais e 14 participantes (5.5%) escolheram “Outra orientação sexual”. Dentro da “Outra orientação sexual”, 8 participantes (2.8%) afirmam serem bissexuais, 3 participantes (1.1%) afirmam ser pansexuais e 1 participante (0.4%) afirma ser assexual.

Tabela 8
Distribuição dos Participantes por Orientação Sexual

Orientação sexual	<i>n</i>	%
Heterossexual	233	91.7
Homossexual	7	2.8
Outra	14	5.5
Total	254	100.0

Tabela 9
Distribuição dos Participantes por Outra Orientação Sexual

Outra orientação sexual	<i>n</i>	%
Assexual	1	0.4
Bissexual	8	2.8
Pansexual	3	1.1
Total	12	100.0

Estado civil

Em termos do estado civil, 151 dos participantes (56.6%) afirmaram não estar envolvidos num relacionamento íntimo enquanto que 116 dos participantes (43.4%) afirmaram estar num relacionamento íntimo. Dentro dos participantes que estão num relacionamento

íntimo, 85 participantes (73.9%) encontram-se num namoro sem viver juntos, 10 participantes (8.7%) encontram-se num namoro a viver juntos, 19 participantes (16.5%) encontram-se num namoro sem compromisso e 1 participante (0.9%) está casado.

Tabela 10
Distribuição dos Participantes por Estado Civil

Estado civil	<i>n</i>	%
Solteiro	151	56.6
Numa relação	116	43.4
Total	267	100.0

Tabela 11
Distribuição dos Participantes por Natureza da Relação

Natureza da relação	<i>n</i>	%
Sem compromisso	19	16.5
Namoro sem viverem juntos	85	73.9
Namoro a viver juntos	10	8.7
Casamento	1	0.9
Total	115	100.0

De seguida, irão ser apresentados os resultados obtidos com bases nas hipóteses formuladas e com recurso aos testes estatísticos referidos no procedimento.

3.1. Crenças acerca da violência conjugal

3.1.1. Género

Recorrendo a um teste T-Student para amostras independentes, verificou-se que no fator 1 (“Legitimação e banalização da pequena violência”) a média das respostas do género masculino é mais elevada ($M = 25.77$, $SD = 9.30$) relativamente à média das respostas do género feminino ($M = 19.40$, $SD = 4.11$). Neste sentido, há diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes universitários do sexo masculino e os do sexo feminino ao nível da legitimação e banalização da pequena violência ($t(270) = 7.60$, $p < .001$), rejeitando-se, assim, a hipótese nula (H_0). Assim, os estudantes do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de crenças de legitimação e banalização da pequena violência do que os estudantes do sexo feminino.

No fator 2 (“Legitimação da violência pela conduta da mulher”), novamente, a média das respostas do género masculino ($M = 17.75$, $SD = 6.62$) é superior à média de respostas do género feminino ($M = 13.42$, $SD = 3.63$). Com base nestes resultados, verifica-se que há diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes universitários do sexo masculino

e os do sexo feminino ao nível da legitimação da violência pela conduta da mulher ($t(272) = 6.93, p < .001$). Deste modo, os estudantes do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher do que os estudantes do sexo feminino.

Quanto ao fator 3 (“Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”) é possível verificar que a média das respostas do género masculino ($M = 16.14, SD = 5.20$) é superior à média das respostas do género feminino ($M = 12.83, SD = 4.07$). Através destes resultados, verifica-se que há diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes universitários do sexo masculino e os do sexo feminino ao nível da legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas ($t(271) = 5.90, p < .001$). Portanto, os estudantes do sexo masculino apresentam níveis superiores de crenças de legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas do que os estudantes do sexo feminino.

Finalmente, quanto ao fator 4 (“Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”), a média das respostas do género masculino ($M = 12.11, SD = 4.14$) é igualmente superior à média das respostas do género feminino ($M = 9.01, SD = 2.86$). Tendo em conta estes resultados, verifica-se que os estudantes universitários do sexo masculino relatam crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar significativamente superiores aos estudantes universitários do sexo feminino ($t(274) = 7.34, p < .001$).

Na Tabela 12 é possível constatar os resultados obtidos relativamente ao género e aos fatores da E.C.V.C.

Tabela 12
Género e Fatores da E.C.V.C.

	Masculino		Feminino		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>n</i>	<i>M (SD)</i>	<i>n</i>	<i>M (SD)</i>		
ECVC_F1	117	25.77 (9.30)	155	19.40 (4.11)	7.60	.000
ECVC_F2	117	17.75 (6.62)	157	13.42 (3.63)	6.93	.000
ECVC_F3	116	16.14 (5.20)	157	12.83 (4.07)	5.90	.000
ECVC_F4	118	12.11 (4.14)	158	9.01 (2.86)	7.34	.000

Com base nestes resultados, conclui-se que os estudantes universitários do sexo masculino, quando comparados com os estudantes universitários do sexo feminino, tendem a demonstrar mais crenças de legitimação da violência conjugal em todos os fatores da E.C.V.C.

3.1.2. Curso

Através do teste ANOVA, verificou-se que, no fator 1 (“Legitimação e banalização da pequena violência”), há diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças de legitimação e banalização da pequena violência em função do curso a frequentar ($F(6, 272) = 2.18, p = .045$), sendo que a média mais elevada se observa no curso de Ciências do Desporto ($M = 24.61, SD = 7.48$). O Teste Post-Hoc de Gabriel revelou que os alunos do curso de Ciências do Desporto relatam mais crenças de legitimação e banalização da pequena violência do que os alunos do curso de Psicologia.

Quanto ao fator 2 (“Legitimação da violência pela conduta da mulher”) verificou-se que há diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher em função do curso a frequentar ($F(6, 275) = 2.41, p = .028$), sendo que a média mais elevada se observa, novamente, na área de Ciências do Desporto ($M = 16.90, SD = 5.48$). O Teste Post-Hoc de Gabriel revelou, igualmente, que os alunos do curso de Ciências do Desporto relatam maiores crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher do que os alunos do curso de Psicologia.

Quanto ao fator 3 (“Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”) verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher em função do curso a frequentar ($F(6, 274) = 1.03, p = .41$). No entanto, os estudantes que apresentam a média mais elevada são do curso de Gestão ($M = 15.20, SD = 6.26$).

Quanto ao fator 4 (“Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”) verificou-se que há diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar em função do curso a frequentar ($F(6, 277) = 3.27, p = .004$), sendo que a média mais elevada se observa, novamente, no curso Ciências do Desporto ($M = 11.72, SD = 4.08$). O Teste Post-Hoc de Gabriel revelou, igualmente, que os alunos do curso Ciências do Desporto relatam maiores crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar do que os alunos do curso de Ciências Políticas e Relações Internacionais e do que os alunos do curso de Psicologia.

Na Tabela 13 é possível verificar os resultados obtidos relativamente ao curso e aos fatores da E.C.V.C.

Tabela 13
Curso e Fatores da E.C.V.C.

		ECVC_F1	ECVC_F2	ECVC_F3	ECVC_F4
CD	<i>n</i>	49	49	49	50
	<i>M (SD)</i>	24.61 (7.48)	16.90 (5.48)	14.96 (3.87)	11.72 (4.08)
CPRI	<i>n</i>	46	46	45	46
	<i>M (SD)</i>	22.15 (9.61)	14.67 (6.50)	13.67 (5.68)	9.39 (3.74)
ECON	<i>n</i>	45	45	45	45
	<i>M (SD)</i>	21.62 (6.10)	15.22 (4.88)	13.93 (4.73)	10.22 (3.20)
GEST	<i>n</i>	39	41	40	41
	<i>M (SD)</i>	23.97 (11.59)	16.83 (8.17)	15.20 (6.26)	11.34 (4.87)
MKT	<i>n</i>	24	25	26	26
	<i>M (SD)</i>	21.79 (5.48)	15.12 (4.12)	15.04 (4.78)	10.96 (4.16)
PSI	<i>n</i>	46	46	46	46
	<i>M (SD)</i>	19.72 (3.76)	13.35 (3.04)	13.46 (4.00)	9.04 (2.86)
SOC	<i>n</i>	30	30	30	30
	<i>M (SD)</i>	21.07 (4.70)	14.53 (3.46)	13.43 (4.11)	9.83 (2.73)
	<i>F</i>	2.18	2.41	1.03	3.27
	<i>p</i>	.045	.028	.41	.004

Quanto à variável “Curso”, pode-se afirmar que existem diferenças estatisticamente significativas nas crenças de legitimação e banalização da pequena violência, da legitimação da violência pela conduta da mulher e da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar, sendo que são os estudantes do curso de Ciências do Desporto que apresentam maiores níveis destas crenças, quando comparados com os alunos dos restantes cursos.

3.1.3. Estado civil

Através do teste T-Student, verificou-se que, quanto ao fator 1 (“Legitimação e banalização da pequena violência”), não há diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças de legitimação e banalização da pequena violência em função do estado civil, ($t(261) = -0.65$, $p = .52$). Contudo, a média mais elevada observa-se nos estudantes que se encontram numa relação ($M = 22.38$, $SD = 8.20$).

Quanto ao fator 2 (“Legitimação da violência pela conduta da mulher”) verificou-se que não há diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher em função do estado civil ($t(262) = -0.82$, $p = .42$). Apesar

disso, observa-se que a média mais elevada se encontra nos estudantes universitários que estão numa relação ($M = 15.37$, $SD = 5.61$).

Em relação ao fator 3 (“Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”), verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher em função do estado civil ($t(263) = -0.29$, $p = .77$). No entanto, os estudantes que se encontram numa relação apresentam a média mais elevada ($M = 14.21$, $SD = 4.96$).

Quanto ao fator 4 (“Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”), verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar em função do estado civil ($t(264) = -1.17$, $p = .25$), sendo que a média mais elevada se observa, novamente, nos estudantes que estão numa relação ($M = 10.50$, $SD = 4.16$).

Na Tabela 14, observam-se os resultados obtidos relativamente ao estado civil e aos fatores da E.C.V.C.

Tabela 14
Estado Civil e Fatores da E.C.V.C.

	Solteiro		Numa relação		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>n</i>	<i>M (SD)</i>	<i>n</i>	<i>M (SD)</i>		
ECVC_F1	149	21.78 (6.74)	114	22.38 (8.20)	-0.65	.52
ECVC_F2	149	14.84 (5.02)	115	15.37 (5.61)	-0.82	.42
ECVC_F3	149	14.03 (4.66)	116	14.21 (4.96)	-0.29	.77
ECVC_F4	150	9.97 (3.30)	116	10.50 (4.16)	-1.17	.25

Quanto à variável “Estado civil”, pode-se afirmar que, embora não existem diferenças estatisticamente significativas nas crenças de legitimação da violência conjugal, os estudantes universitários que se encontram num relacionamento apresentam maiores níveis destas crenças.

3.2. Agressão

3.2.1. Género

Recorrendo a um teste T-Student para amostras independentes, verificou-se que no fator 1 (“Agressão física”), a média das respostas do género masculino é mais elevada ($M = 22.25$, $SD = 6.40$) relativamente à média das respostas do género feminino ($M = 20.26$, $SD = 5.11$). Os estudantes do sexo masculino relatam níveis de agressão física significativamente

superiores aos estudantes do sexo feminino ($t(270) = 2.85, p = .005$) e, portanto, rejeita-se a hipótese nula (H_0).

No fator 2 (“Agressão verbal”), a média das respostas do género masculino ($M = 10.09, SD = 3.45$) é inferior à média de respostas do género feminino ($M = 10.56, SD = 8.92$). No entanto, não se observam diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes universitários de ambos os géneros ao nível da agressão verbal ($t(270) = -0.54, p = .59$), e, portanto, não se rejeita H_0 .

Quando ao fator 3 (“Raiva”), é possível observar-se que, embora a média das respostas do género masculino ($M = 15.81, SD = 4.16$) seja superior à das respostas do género feminino ($M = 15.22, SD = 3.57$), não existem diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes universitários do sexo masculino e os do sexo feminino ao nível da raiva ($t(273) = 1.28, p = .20$).

Por fim, relativamente ao fator 4 (“Hostilidade”), a média das respostas do género masculino ($M = 21.43, SD = 4.68$) é igualmente superior à média das respostas do género feminino ($M = 20.16, SD = 4.42$). Os estudantes universitários do sexo masculino relatam, portanto, níveis de hostilidade significativamente superiores aos estudantes universitários do sexo feminino ($t(270) = 2.28, p = .023$).

Na Tabela 15 é possível observar-se resultados obtidos relativamente ao género e aos fatores do Q.A.

Tabela 15
Género e Fatores do Q.A.

	Masculino		Feminino		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>n</i>	<i>M (SD)</i>	<i>n</i>	<i>M (SD)</i>		
QA_F1	116	22.25 (6.40)	156	20.26 (5.11)	2.85	.005
QA_F2	117	10.09 (3.45)	155	10.56 (8.92)	-0.54	.59
QA_F3	118	15.81 (4.16)	157	15.22 (3.57)	1.28	.20
QA_F4	115	21.43 (4.68)	157	20.16 (4.42)	2.28	.023

Em suma, no que concerne ao género, verificam-se diferenças estatisticamente significativas ao nível da agressão física e da hostilidade, sendo o sexo masculino que apresenta maiores níveis deste tipo de agressão.

3.2.2. Curso

Através do teste ANOVA, verificou-se que quanto ao fator 1 (“Agressão física”), não há diferenças estatisticamente significativas ao nível da agressão física em função do curso a

frequentar ($F(6, 269) = 0.82, p = .55$). No entanto, a média mais elevada observa-se no curso Marketing ($M = 22.48, SD = 6.10$).

Quanto ao fator 2 (“Agressão verbal”), não há diferenças estatisticamente significativas ao nível da agressão verbal em função do curso a frequentar ($F(6, 269) = 1.80, p = .099$). No entanto, a média mais elevada observa-se no curso Sociologia ($M = 14.17, SD = 19.29$), sendo que o Teste Post-Hoc de Gabriel revelou que os estudantes do curso de Sociologia apresentam níveis de agressão verbal superiores aos estudantes do curso de Economia.

Quanto ao fator 3 (“Raiva”), não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da raiva em função do curso a frequentar ($F(6, 272) = 1.21, p = .30$). No entanto, a média mais elevada observa-se no curso Marketing ($M = 16.96, SD = 3.61$).

No que diz respeito ao fator 4 (“Hostilidade”), apesar de a média das respostas mais elevada estar presente no curso Marketing ($M = 22.27, SD = 4.64$), não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da hostilidade em função do curso a frequentar ($F(6, 269) = 0.83, p = .55$).

Na Tabela 16 constam os resultados obtidos relativamente ao curso e aos fatores do Q.A.

Tabela 16
Curso e Fatores do Q.A.

		QA_F1	QA_F2	QA_F3	QA_F4
CD	<i>n</i>	49	49	50	49
	<i>M (SD)</i>	20.27 (6.43)	9.80 (3.36)	14.92 (3.94)	20.57 (4.88)
CPRI	<i>n</i>	44	45	46	46
	<i>M (SD)</i>	21.18 (5.36)	10.22 (3.25)	15.22 (4.00)	20.50 (5.05)
ECON	<i>n</i>	45	45	45	44
	<i>M (SD)</i>	21.78 (6.08)	9.38 (2.88)	15.40 (4.13)	20.61 (4.65)
GEST	<i>n</i>	39	37	39	37
	<i>M (SD)</i>	20.67 (5.94)	10.16 (3.91)	15.44 (3.73)	20.35 (3.91)
MKT	<i>n</i>	25	26	24	26
	<i>M (SD)</i>	22.48 (6.10)	10.69 (2.51)	16.96 (3.61)	22.27 (4.64)
PSI	<i>n</i>	44	44	44	44
	<i>M (SD)</i>	20.30 (4.71)	9.52 (2.77)	14.77 (3.63)	20.02 (4.31)
SOC	<i>n</i>	30	30	30	30
	<i>M (SD)</i>	22.03 (5.68)	14.17 (19.29)	16.17 (3.61)	21.33 (4.06)

<i>F</i>	0.82	1.80	1.21	0.83
<i>p</i>	.55	.099	.30	.55

Em síntese, no que concerne ao curso, não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes dos diversos cursos ao nível da agressão.

3.2.3. Estado civil

Através do teste T-Student, verificou-se que quanto ao fator 1 (“Agressão física”), não há diferenças estatisticamente significativas ao nível da agressão física em função do estado civil ($t(260) = 0.36$, $p = .72$). No entanto, a média mais elevada observa-se nos estudantes solteiros ($M = 21.19$, $SD = 5.98$).

Quanto ao fator 2 (“Agressão verbal”), não há diferenças estatisticamente significativas ao nível da agressão verbal em função do estado civil ($t(260) = 0.80$, $p = .43$). No entanto, a média mais elevada observa-se nos estudantes solteiros ($M = 10.69$, $SD = 9.18$).

Quanto ao fator 3 (“Raiva”), não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da raiva em função do estado civil ($t(263) = 0.35$, $p = .73$). No entanto, a média mais elevada observa-se nos estudantes solteiros ($M = 15.54$, $SD = 3.78$).

No que diz respeito ao fator 4 (“Hostilidade”), apesar de a média das respostas mais elevada estar presente nos estudantes solteiros ($M = 20.81$, $SD = 4.67$), não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da hostilidade em função do estado civil ($t(260) = 0.56$, $p = .58$).

Na Tabela 17 é possível constatar os resultados obtidos relativamente ao estado civil e aos fatores do Q.A.

Tabela 17
Estado Civil e Fatores do Q.A.

	Solteiro		Numa relação		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>n</i>	<i>M (SD)</i>	<i>n</i>	<i>M (SD)</i>		
QA_F1	149	21.19 (5.98)	113	20.93 (5.60)	0.36	.72
QA_F2	147	10.69 (9.18)	115	9.97 (3.23)	0.80	.43
QA_F3	150	15.54 (3.78)	115	15.37 (3.92)	0.35	.73
QA_F4	146	20.81 (4.67)	116	20.49 (4.47)	0.56	.58

Em suma, pode-se constatar que não existem diferenças estatisticamente significativas entre o estado civil e as dimensões da agressão; no entanto, os estudantes solteiros apresentam maiores níveis de agressão física, agressão verbal, raiva e hostilidade.

3.3. Relação entre crenças acerca da violência conjugal e agressão

No que concerne à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação e banalização da pequena violência” (ECVC_F1) e a variável “Agressão física” (QA_F1), verifica-se que a legitimação e banalização da pequena violência está positivamente correlacionada com a agressão física ($r = .20, p < .001$). Como se trata de uma correlação positiva, maiores níveis de crenças de legitimação e banalização da pequena violência estão associados a uma maior agressão física. Segundo a classificação de Cohen (1988), esta correlação é de pequena magnitude.

Relativamente à correlação de Pearson efetuada entre a variável “Legitimação e banalização da pequena violência” (ECVC_F1) e a variável “Agressão verbal” (QA_F2), verifica-se que a legitimação e banalização da pequena violência não está associada à agressão verbal ($r = .001, p = .99$).

No que diz respeito à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação e banalização da pequena violência” (ECVC_F1) e a variável “Raiva” (QA_F3), constata-se que a legitimação e banalização da pequena violência está positivamente correlacionada com a raiva ($r = .16, p = .007$). Assim, como se trata de uma correlação positiva, maiores níveis de crenças de legitimação e banalização da pequena violência estão associados a uma maior raiva. Segundo a classificação de Cohen (1988), esta correlação é de pequena magnitude.

No que diz respeito à correlação de Pearson, realizada entre a variável “Legitimação e banalização da pequena violência” (ECVC_F1) e a variável “Hostilidade” (QA_F4), constata-se que a legitimação e banalização da pequena violência está positivamente correlacionada com a hostilidade ($r = .17, p = .006$). Desta forma, visto tratar-se de uma correlação positiva, níveis mais elevados de crenças de legitimação e banalização da pequena violência estão associados a maior hostilidade. De acordo com a classificação de Cohen (1988), esta correlação é de pequena magnitude.

Na Tabela 18 podem observar-se as correlações entre a legitimação e banalização da pequena violência e as dimensões da agressão.

Tabela 18
Legitimação e Banalização da Pequena Violência (ECVC_F1) e Dimensões da Agressão (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4)

		QA_F1	QA_F2	QA_F3	QA_F4
	<i>r</i>	.20**	.001	.16**	.17**
ECVC_F1	<i>p</i>	.001	.99	.007	.006
	<i>N</i>	270	270	274	270

** . A correlação é significativa no nível .01 (2 extremidades).

Quanto à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação da violência pela conduta da mulher” (ECVC_F2) e a variável “Agressão física” (QA_F1), observa-se que a legitimação da violência pela conduta da mulher está positivamente correlacionada com a agressão física ($r = .14$, $p = .022$). Como se trata de uma correlação positiva, maiores níveis de crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher estão associados a maior agressão física. Segundo a classificação de Cohen (1988), esta correlação é de pequena magnitude.

No que concerne à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação da violência pela conduta da mulher” (ECVC_F2) e a variável “Agressão verbal” (QA_F2), presente na Tabela 24, verifica-se que a legitimação da violência pela conduta da mulher não está associada à agressão verbal ($r = -.043$, $p = .48$).

Em relação à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação da violência pela conduta da mulher” (ECVC_F2) e a variável “Raiva” (QA_F3) denota-se que a legitimação da violência pela conduta da mulher está positivamente correlacionada com a raiva ($r = .12$, $p = .056$). Neste sentido, visto tratar-se de uma correlação positiva, níveis mais elevados de crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher estão associados a maior raiva. Com base na classificação de Cohen (1988), esta correlação é de pequena magnitude.

Quanto à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação da violência pela conduta da mulher” (ECVC_F2) e a variável “Hostilidade” (QA_F4), constata-se que a legitimação da violência pela conduta da mulher está positivamente correlacionada com a hostilidade ($r = .15$, $p = .013$). Como se trata de uma correlação positiva, maiores níveis de crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher estão associados a uma maior hostilidade. A classificação de Cohen (1988), afirma que esta correlação é de pequena magnitude.

Na Tabela 19 podem-se observar as correlações entre a legitimação da violência pela conduta da mulher e as dimensões da agressão.

Tabela 19
Legitimação da Violência pela Conduta da Mulher (ECVC_F2) e Dimensões da Agressão (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4)

		QA_F1	QA_F2	QA_F3	QA_F4
	<i>r</i>	.14**	-.043	.12**	.15**
ECVC_F2	<i>p</i>	.022	.48	.056	.013
	<i>N</i>	273	273	277	273

** . A correlação é significativa no nível .01 (2 extremidades).

No que diz respeito à correlação de Pearson efetuada entre a variável “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” (ECVC_F3) e a variável “Agressão física” (QA_F1), verifica-se que a legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas não está associada à agressão física ($r = .082$, $p = .18$).

Em relação à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” (ECVC_F3) e a variável “Agressão verbal” (QA_F2), verifica-se que a legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas não está associada à agressão verbal ($r = -.082$, $p = .18$).

No que concerne à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” (ECVC_F3) e a variável “Raiva” (QA_F3), verifica-se que a legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas não está associada à raiva ($r = .091$, $p = .13$).

Quanto à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” (ECVC_F3) e a variável “Hostilidade” (QA_F4), observa-se que a legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas não está associada à hostilidade ($r = .062$, $p = .31$).

Na Tabela 20 podem observar-se as correlações entre a legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas e as dimensões da agressão.

Tabela 20
Legitimação da Violência pela sua Atribuição a Causas Externas (ECVC_F3) e Dimensões da Agressão (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4)

		QA_F1	QA_F2	QA_F3	QA_F4
	<i>r</i>	.082	-.082	.091	.062
ECVC_F3	<i>p</i>	.18	.18	.13	.31
	<i>N</i>	272	272	275	272

Relativamente à correlação de Pearson realizada entre a variável “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” (ECVC_F4) e a variável “Agressão física” (QA_F1), salienta-se que a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar está positivamente correlacionada com a agressão física ($r = .15$, $p = .016$). Assim, visto

tratar-se de uma correlação positiva, maiores níveis de crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar estão associados a uma maior agressão física. A classificação de Cohen (1988), afirma que esta correlação é de pequena magnitude.

Quanto à correlação de Pearson efetuada entre a variável “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” (ECVC_F4) e a variável “Agressão verbal” (QA_F2), verifica-se que a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar não está associada à agressão verbal ($r = -.041$, $p = .50$).

No que diz respeito à correlação de Pearson efetuada entre a variável “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” (ECVC_F4) e a variável “Raiva” (QA_F3), constata-se que a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar não está associada à raiva ($r = .095$, $p = .12$).

Relativamente à correlação de Pearson, realizada entre a variável “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” (ECVC_F4) e a variável “Hostilidade” (QA_F4), denota-se que a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar está positivamente correlacionada com a hostilidade ($r = .14$, $p = .022$). Como se trata de uma correlação positiva, maiores níveis de crenças de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar estão associados a uma maior hostilidade. Com base na classificação de Cohen (1988), esta correlação é de pequena magnitude.

Na Tabela 21 podem-se constatar as correlações entre a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar e as dimensões da agressão.

Tabela 21
Legitimação da Violência pela Preservação da Privacidade Familiar (ECVC_F4) e Dimensões da Agressão (QA_F1, QA_F2, QA_F3 e QA_F4)

		QA_F1	QA_F2	QA_F3	QA_F4
	<i>r</i>	.15**	-.041	.95	.14**
ECVC_F4	<i>p</i>	.016	.50	.12	.022
	<i>N</i>	275	275	278	275

** . A correlação é significativa no nível .01 (2 extremidades).

Por fim, é possível concluir que existe uma associação entre as crenças de legitimação e banalização da pequena violência e a agressão física, raiva e hostilidade; no caso das crenças de legitimação da violência pela conduta da mulher, observa-se uma associação com a agressão física e a hostilidade. Verifica-se, também, uma associação entre as crenças da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar e a agressão física e a hostilidade.

Capítulo 4 - Discussão

Neste capítulo, será procedida uma discussão dos resultados obtidas neste trabalho, confrontando-os com os principais dados encontrados na literatura existente.

Ao longo das últimas décadas, têm sido vários os estudos centrados na violência no namoro e nas possíveis crenças associadas à perpetração da mesma. Uma população na qual a prevalência deste tipo de violência se tem demonstrado mais elevada são os estudantes universitários (Teixeira, 2015; Nabors et al., 2006). Segundo alguns dados do *International Dating Violence Survey* (Straus, 2004), 45% dos estudantes universitários relataram já ter praticado violência física contra o seu companheiro (e.g., usar uma arma, agredir com objetos, estrangular, bofetear), sendo que, em 20%, a agressão resultou em danos físicos graves.

Um dos objetivos desta investigação era compreender se existiam diferenças significativas entre os estudantes universitários do género masculino e feminino ao nível das crenças de legitimação da violência conjugal, visto que grande parte das investigações neste âmbito têm estudado as diferenças nas crenças relativas ao abuso físico e sexual de acordo com o género (Nabors et al., 2006), tendo-se comprovado na presente investigação essas diferenças, onde os estudantes do género masculino relataram maiores níveis de crenças de legitimação da violência conjugal, seja da pequena violência, da violência pela conduta da mulher, da violência por causas externas ou da violência pela preservação da privacidade familiar. Estes dados são congruentes com os resultados obtidos no estudo de Matos e Cláudio (2010), onde se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os quatro fatores da E.C.V.C. e na escala global, mais especificamente, concluíram que os homens obtiveram resultados significativamente mais elevados do que as mulheres.

Ainda no estudo de Mendes e Cláudio (2010), foram observadas diferenças estatisticamente significativas, onde o sexo masculino apresentou uma maior aceitação da violência e uma maior banalização da pequena violência nos relacionamentos, devido à atribuição dos comportamentos violentos às condutas das mulheres e a causas externas (e.g., álcool, desemprego).

Em relação ao género e aos comportamentos agressivos, com base nos resultados obtidos, é possível constatar que os estudantes universitários do género masculino apresentam maiores níveis de agressão física e de hostilidade, quando comparados com os estudantes do género feminino, o que vai ao encontro do estudo de Englander (1997), onde se observou uma maior diferenciação entre homens e mulheres nas taxas de comportamento violento, quando comparados com os restantes comportamentos, tendo-se verificado que 82%

dos agressores eram do sexo masculino. Também, no estudo de Lagan e Innes (1986), 70% dos casos de violência entre companheiros eram perpetrados por indivíduos do sexo masculino. Adicionalmente, Nakano (2001) concluiu que, nos fatores “Agressão física” e “Agressão verbal” do Q.A., os homens obtiveram pontuações mais elevadas do que as mulheres, destacando-se que, segundo algumas pesquisas (Archer, & Graham-Kevan, 2003; Bryant, & Spencer, 2003; Simon et al., 2001), os homens têm uma maior probabilidade de aceitar a agressão física contra os seus companheiros.

Em suma, a maioria das investigações (Machado, Martins, & Caridade, 2014; Machado et al., 2003; Machado et al., 2010; Matos, & Cláudio, 2010) sugerem que indivíduos do sexo masculino apresentam valores superiores de aceitação, tolerância, legitimação e/ou banalização da violência conjugal (e.g., considerar a violência aceitável consoante a conduta da mulher e os acontecimentos), o que vai ao encontro do estudo de Ventura e colaboradores (2013), no qual se constatou que estudantes do sexo masculino possuem uma maior aceitação da crença de que a violência nas relações íntimas pode ser justificada, desaprovando, porém, as condutas violentas.

Estes dados são, contudo, controversos, na medida em que os resultados de Teixeira (2015) apontam para o facto de 34% dos indivíduos do género masculino e 36% do feminino apresentarem atitudes legitimadoras da violência física e, ainda, de não se verificarem diferenças significativas entre homens e mulheres nos estudos de Correia (2013) e de Henton, Cate, Koval, Lloyd e Christopher (1983), sendo que, neste último, as diferenças apenas se verificaram em sujeitos com um historial de relações abusivas. Adicionalmente, outras investigações (O’Leary et al., 1989; Straus, & Gelles, 1986), concluíram que tanto os homens como as mulheres apresentam a mesma taxa como perpetradores da violência. Por último, alguns autores (Archer, & Haigh, 1997; Czuba, 2015; Mwamwenda, 1999) não verificaram diferenças significativas relativamente às crenças de aceitação da violência nas relações íntimas, segundo o género, embora no estudo de Czuba (2015), os homens apresentem mais crenças legitimadoras de violência conjugal quando comparados com as mulheres.

Para além do género, outra variável que se tem comprovado relevante neste âmbito é o estado civil, visto que a aceitação da violência é mais comum após estabelecimento de uma relação amorosa (Bethke, & Dejoy, 1993), sendo que a ocorrência destes atos abusivos é mais provável nas relações afetivas mais duradouras e em que existe coabitação (Caridade, & Machado, 2006).

Na presente investigação não se encontraram diferenças estatisticamente significativas quanto ao estado civil dos estudantes universitários (i.e., estar ou não num relacionamento amoroso), o que vai ao encontro do estudo de Matos e Cláudio (2010), em que também não se verificaram diferenças relativamente às crenças acerca da violência conjugal consoante esta variável. Para além disto, Nabors e colaboradores (2006) observaram que

sujeitos inseridos numa relação amorosa concordam mais frequentemente com alguns mitos (e.g., atribuição da culpa à vítima) associados às causas da violência no namoro.

Contudo, na investigação de Correia (2013), constaram-se diferenças nestas crenças com base no estado civil; em particular, os sujeitos viúvos e casados apresentaram maiores níveis de crenças de legitimação da violência conjugal. Destaca-se, ainda, que, no estudo de Machado e colaboradores (2014), os indivíduos casados - em comparação com os solteiros ou divorciados - apresentaram um maior nível de tolerância da violência, sendo que tinham uma menor probabilidade de considerar os problemas de personalidade ou de controlo da raiva como causas plausíveis para a violência (Worden, & Carlson, 2005). Já na pesquisa de Stets e Straus (1990b), observou-se uma menor probabilidade de os homens serem violentos no namoro e uma maior tendência para a violência no casamento e na coabitação, verificando-se o oposto nas mulheres. A percentagem de ambos os companheiros serem violentos foi mais elevada nas relações de coabitação do que no namoro ou no casamento. Pelo contrário, Lane e Gwartney-Gibbs (1985) defendem que os indivíduos casados são menos violentos do que os não casados.

No presente estudo, relativamente ao curso, constatou-se que existiam diferenças estatisticamente significativas nas crenças de legitimação e banalização da pequena violência, da legitimação da violência pela conduta da mulher e da legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar, sendo que o curso com maiores níveis destas crenças foi o de Ciências do Desporto, seguido do curso de Gestão. Destaca-se, adicionalmente, que os estudantes de Psicologia apresentaram a média mais reduzida no que concerne a estas crenças.

Embora a literatura relativa à relação entre as crenças acerca da violência conjugal e o curso seja escassa, o estudo de Machado e colaboradores (2010) remete para um nível superior de crenças legitimadoras da violência em estudantes de Engenharia, seguido pelo curso de Gestão e, por último, Educação, verificando-se que os estudantes da área de Engenharia apresentam uma média superior de comportamentos violentos nas relações amorosas.

Por último, no estudo de Mendes e Cláudio (2010), foi possível observar que os estudantes de Engenharia apresentam valores significativamente mais elevados de legitimação da violência, quando comparados com os estudantes de Enfermagem e Psicologia. Contudo, nestes estudantes (Enfermagem e Psicologia) denotou-se uma maior desvalorização da pequena violência nos relacionamentos, atribuindo a culpa para tal ao comportamento da mulher.

Conclusão

A violência conjugal, principalmente em casais jovens universitários, tem sido estudada em maior profundidade nos últimos anos. Algumas das principais investigações centradas neste tema têm tentado compreender de que forma as crenças de legitimação, tolerância e banalização da violência no namoro poderão estar a contribuir para a perpetração deste tipo de comportamentos dentro de um relacionamento amoroso. Neste sentido, Weil e Lee (2004) afirmam que as crenças sociais são um fator muito importante na perpetuação da violência, uma vez que falhas no apoio social poderão contribuir para a legitimação e conseqüente banalização da violência conjugal.

Por outro lado, a perpetração de violência conjugal poderá, por um lado, fortalecer as crenças já existentes que desculpabilizam a violência no namoro ou modificá-las devido à dissonância cognitiva (i.e., contradição entre ações e crenças; Festinger, 1957). A título de exemplo, as vítimas de violência doméstica, com o intuito de reduzir a dissonância cognitiva, tendem a desenvolver novas crenças de aceitação da violência, de forma a criar uma visão mais positiva da relação amorosa (Perry, & Fromuth, 2005). Um aspeto interessante encontrado na literatura (Mueller, Jouriles, McDonald, & Rosenfield, 2013) remete para a ideia de a violência no namoro predizer as crenças de aceitação deste comportamento, mas o inverso não se verificar, o que indica que os indivíduos poderão alterar as suas crenças de forma a tentar justificar o seu comportamento violento. É de referir que os comportamentos de violência poderão reforçar as crenças de legitimação da mesma, caso estes resultem em conseqüências positivas (e.g., mudança de comportamento no parceiro).

Tal como referido previamente, as crenças de legitimação da violência conjugal são mais frequentes em jovens do sexo masculino, o que poderá ser justificado pelas práticas tradicionais de socialização comuns à nossa sociedade, com base nas quais os homens são ensinados a ser mais fortes, competitivos e dominantes, enquanto que as mulheres são ensinadas a ser submissas (Machado et al., 2014). Assim, indivíduos socializados consoante atitudes tradicionais ligadas aos papéis de género têm uma maior probabilidade de encarar a violência como uma forma legítima de exercer influência sobre o parceiro e de resolver conflitos (Pryce, & Byers, 1999).

Neste âmbito, as concepções mais tradicionais de socialização do sexo masculino, como a resistência a atitudes mais afetivas e emotivas e a integração de papéis ligados à força física e a conflitos verbais para mostrar que se é forte, legitimam atitudes de controlo e de agressão nos relacionamentos íntimos (Ventura et al., 2013). Por outro lado, denota-se que as crenças dos sujeitos do sexo masculino vão mais ao encontro de determinados mitos

associados às causas para a violência conjugal, em que, muitas vezes, a culpa é atribuída à vítima; por sua vez, jovens do sexo feminino apresentam as suas crenças relativas à violência mais ajustadas (e.g., acreditar que homens que berram com as suas esposas têm uma maior probabilidade de se tornarem fisicamente violentos; Nabors et al., 2006). No que respeita às justificações para o uso da violência, constata-se que os homens recorrem à mesma como forma de controlo sobre a sua esposa ou para a levar a fazer alguma coisa, enquanto que as mulheres a utilizam como retaliação ou autodefesa ou, ainda, como forma de levar os maridos a falar (Adler, 1991; Straus, & Gelles, 1990). Nestes casos, os homens têm mais tendência a subestimar a sua própria violência severa, enquanto que as mulheres não o fazem (Stets, & Straus, 1990a).

No que concerne às implicações da presente investigação - e atendendo ao facto de que as crenças erradas sobre a violência tendem a estimular a culpabilização da vítima e a desculpabilização do agressor, e a predizer o envolvimento em relacionamentos abusivos (Matos et al., 2006; Saavedra, & Machado, 2012) -, será importante abordar e intervir preventivamente na temática das crenças sobre a violência conjugal, tentando compreender melhor os vários motivos na base da formação de crenças de legitimação da violência, de forma a modificar possíveis crenças de legitimação da violência já existentes, tentando prevenir a perpetração da violência nas relações amorosas. Com base nos resultados obtidos, seria pertinente trabalhar o papel de género com os jovens, na medida em que os sujeitos do sexo masculino demonstram maiores níveis de crenças de legitimação da violência e, por conseguinte, dever-se-ia abordar as questões da intimidade e dos relacionamentos interpessoais precocemente, tentando impedir o surgimento ou agravamento dos comportamentos agressivos no seio das relações amorosas.

Por outro lado, apesar de não se encarar como uma limitação deste estudo, denota-se a dificuldade experienciada ao longo deste trabalho no sentido de realizar uma distinção clara entre os conceitos de violência e agressão, sendo que esta diferenciação é feita de forma incongruente na literatura encontrada, em que, muitas vezes, os autores utilizam definições similares para os caracterizar.

Esta investigação demonstrou-se relevante, na medida em que permitiu recolher informações importantes acerca dos comportamentos agressivos e das crenças relativamente à violência dos jovens universitários da Universidade da Beira Interior. No entanto, esta apresenta algumas limitações, no sentido em que, ao se focar apenas em estudantes do 1º ano do 1º ciclo de estudos universitários, acabou por deixar de parte uma população mais vasta de estudantes e uma maior variação ao nível das habilitações literárias. Para além disto, outra limitação encontrada foi a recolha da amostra em estudantes apenas de cursos das Ciências Sociais e Humanas, não permitindo alcançar uma linha de base de comparação desta área com outras - como, por exemplo, Engenharias, Artes, Letras, Saúde, entre outras.

Assim, em futuras investigações, seria proveitoso proceder à comparação das crenças sobre a violência conjugal e agressão em estudantes de diferentes anos de escolaridade, tentando construir um conhecimento mais rico e vasto sobre a população universitária e, ao mesmo tempo, perceber se há diferenças à medida que as habilitações literárias aumentam. Seria, adicionalmente, relevante explorar as diferenças nas crenças de legitimação da violência e agressão num maior número de cursos universitários. Por último, seria interessante tentar compreender se indivíduos previamente expostos a algum tipo de relação interpessoal abusiva apresentam uma maior ou menor prevalência de crenças de legitimação da violência e de perpetração de comportamentos agressivos.

Concluindo, verifica-se que, apesar das evoluções que têm ocorrido ao longo dos últimos anos, há, ainda, algum trabalho a ser feito, particularmente junto de populações mais jovens - nas quais há uma maior propensão para a agressão - e dos profissionais em contacto direto com casos de violência - que têm a possibilidade de contribuir para o combate a estes comportamentos. Mais importante ainda, será imprescindível trabalhar no sentido de mudar a visão da sociedade face a este tema, de forma a que esta problemática se torne cada vez menos frequente.

Referências bibliográficas

- Adler, T. (1991, December). Abuse within families emerging from closet. *American Psychological Association Monitor*, 16-17.
- Alexander, R. (1979). Evolution and culture. In N. Chagnon, & W. Irons, *Evolutionary biology and human social behavior: An anthropological perspective*. North Scituate, Massachusetts: Duxbury Press.
- Allen, J., & Anderson, C. (2017). Aggression and violence: Definitions and distinctions. In P. Sturmey (Ed.), *The Wiley handbook of violence and aggression* (pp. 1-14). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Alvim, S., & Souza, L. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: Homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(2), 171-206.
- Ajzen, I., & Cote, N. (2008). Attitudes and the prediction of behavior. In W. Crano, & R. Prislin (Eds.), *Attitudes and attitudes change* (pp. 289-311). New York: Psychology Press.
- Amaral, M. (1995). Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade: Um texto perdido em suas sucessivas edições? *Jornal da Universidade de São Paulo*, 6(2), 63-84.
- Anderson, J. (1972). *The young child in the home: A survey of three thousand families*. White House Conference on Child Health and Protection Report of the Committee on the Infant and Preschool Child.
- Archer, J., & Graham-Kevan, N. (2003). Do beliefs about aggression predict physical aggression to partners? *Aggressive Behavior*, 29, 41-54. doi:10.1002/ab.10029
- Archer, J., & Haigh, A. (1997). Beliefs about aggression among male and female prisoners. *Aggression Behavior*, 23(6), 405-415.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (1998). *Manual Alcipe para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. Lisboa: APAV. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2017). Disponível em https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2017). Estatísticas da APAV: *Relatório anual 2017*. Disponível em https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas-APAV_Relatorio-Anual-2017.pdf
- Babalola, S., Gill-Bailey, A., & Dodo, M. (2014). Prevalence and correlates of experience of physical and sexual intimate partner violence among men and women in Eastern DRC. *Universal Journal of Public Health*, 2(1), 25-33. doi:10.13189/ujph.2014.020104
- Bandura, A., Ross, O., & Ross, S. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63, 572-583.
- Batista, A. (2012). Estudo de caso de uma mulher sujeita a violência conjugal psicológica,

- com crenças de amor romântico e uma história de violência interparental (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa). Acedida em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2258/1/12678.pdf>
- Beck, A., Rush, A., Shaw, B., & Emery, G. (1979). *Terapia cognitiva da depressão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Beck, A. (1990). *Cognitive therapy of personality disorders*. New York: Guilford.
- Beck, A. (1997). *Terapia cognitiva: Teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Becker, G. (2007). The Buss-Perry Agression Questionnaire: Some unfinished business. *Journal of Research in Personality*, 41, 434-452. doi:10.1016/j.jrp.2006.05.004
- Berkowitz, L., & Daniels, L. (1963). Responsibility and dependency. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 66, 429-436.
- Berkowitz, L. (1965). The concept of aggressive drive: Some additional considerations. In L. Berkowitz, *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2). New York: Academic Press.
- Berkowitz, L. (1969). *Roots of aggression: A re-examination of the frustration-aggression hypothesis*. New York: Atherton Press.
- Berkowitz, L. (1972). Social norms, feelings and other factors affecting helping and altruism. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 6). New York: Academic Press.
- Berkowitz, L. (1998). Affective aggression: The role of stress, pain, and negative affect. In R. G. Green & E. Donnerstein (Orgs.), *Human aggression: Theories, research, and implications for social policy* (pp. 49-72). San Diego: Academic Press.
- Bethke, T., & Dejoy, D. (1993). An experimental study of factors influencing the acceptability of dating violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 8, 36-51.
- Bickman, L. (1974). The social power of a uniform. *Journal of Applied Social Psychology*, 4(1), 47-61.
- Blumenthal, M., Kahn, R., & Andrews, F. (1969). *Justifying violence: Attitudes of American men*. Ann Arbor, Michigan: Institute for Social Resources.
- Brockner, J., & Rubin, J. (1985). *Entrapment in escalating conflicts: A social psychological analysis*. New York: Springer-Verlag.
- Brown, P., & Elliot, R. (1965). Control of aggression in a nursery school class. *Journal of Experimental Child Psychology*, 2, 103-107.
- Bryant, S., & Spencer, G. (2003). University students' attitudes about attributing blame in domestic violence. *Journal of Family Violence*, 18(6), 369-376. doi:10.1023/a:1026205817132
- Bushman, B., & Huesmann, L. (2010). Aggression. In S. Fiske, D. Gillbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (pp. 833-863). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Buss, A. (1971). Aggression pays. In J. L. Singer (Ed.), *The control of aggression and violence* (pp. 7-19). New York: Academic Press.
- Buss, H. & Durkee, A. (1957). An inventory for assessing different kinds of hostility. *Journal of*

- Consulting Psychology*, 21, 343-349.
- Buss, H. & Perry, M. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63(2), 452-459.
- Campbell, D. (1972). On the genetics of altruism and the counterhedonic components in human culture. *Journal of Social Issues*, 28(3), 21-37. doi: 10.1111/j.1540-4560.1972.tb00030.x
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 85-493.
- Cavalcanti, J. & Pimental, C. (2016). Personality and aggression: A contribution of the general aggression model. *Estudos de Psicologia*, 33(3), 443-451. doi:10.1590/1982-02752016000300008
- Coelho, P. (2005). Violência conjugal: Violência física conjugal nas mulheres que recorrem aos cuidados de saúde primários. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 21, 343-351.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). New York: Lawrence Erlbaum Associates.
- Correia, S. (2013). *Crenças acerca da violência conjugal e rupturas da conjugalidade na população residente nos distritos de Lisboa e Setúbal* (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona, Lisboa). Acedida em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5416/SANDRA-1.PDF?sequencia=1>
- Cunha, O. & Gonçalves, R. (2012). Análise confirmatória fatorial de uma versão portuguesa do questionário de agressividade de Buss-Perry. *Laboratório de Psicologia*, 10(1), 3-17.
- Czuba, J. (2015). Violência doméstica entre parceiros íntimos homossexuais (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa). Acedida em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4527/1/19781.pdf>
- Daniel, J., Hampton, R., & Newberger, E. (1983). Child abuse and accidents in black families: A controlled comparative study. *American Journal of Orthopsychiatry*, 53, 645-653.
- Darwin, C. (1998). *The expression of the emoticons in man and animals* (3rd ed.). London: Oxford University Press.
- Day, V., Telles, L., Zoratto, P., Azambuja, M., Machado, D., Silveira, M., Debiaggi, M., Reis, M., Cardoso, R., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria*, 25(1), 9-21. doi:10.1590/S0101-81082003000400003
- Denno, D. (1990). *Biology and violence: From birth to adulthood*. New York: Cambridge University Press.
- Diener, E., Fraser, S., Beaman, A., & Kelem, R. (1976). Effects of desindividuation variables on stealing among Halloween trick-or-treaters. *Journal of Personality and Social Psychology*, 33(2), 178-183.
- Dienstbier, R., Hillman, D., Lehnhoff, J., Hillman, J., & Valkenaar, M. (1975). An emotion-attribution approach to moral behavior: Interfacing cognitive and avoidance theories

- of moral development. *Psychological Review*, 82(4), 299-315.
- Dollard, J., Dood, L., Miller, N. Mowrer, O., & Sears, R. (1939). Frustration and aggression. New Haven: Yale University Press.
- Donnerstein, E., & Donnerstein, M., Simon, S., & Ditrachs, R. (1972). Variables in interracial aggression: Anonymity, expected retaliation, and a riot. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22(2), 236-245.
- Donnerstein, E., & Wilson, D. (1976). Effects of noise and perceived control on ongoing and subsequent aggressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 34, 774-781.
- Dufrenne, M. (1976). *Esthétique et philosophie*. Paris: Klincksieck.
- Durham, W. (1979). Toward a coevolutionary theory of biology and culture. In N. Chagnon, & W. Irons, *Evolutionary biology and human social behavior: An anthropological perspective*. North Scituate, Massachusetts: Duxbury Press.
- Eaton, L., Kaufman, M., Fuhrel, A., Cain, D., Cherry, C., Pope, H., & Kalichman, S. (2008). Examining factors co-existing with interpersonal violence in lesbian relationships. *Journal of Family Violence*, 23(8), 697-705. doi:10.1007/s10896-008-9194-3
- Elliot, F. (1977). The neurology of explosive rage: The dyscontrol syndrome. In M. Roy (Ed.), *Battered women: A psychosociological study of domestic violence* (pp. 98-109). New York: Nostrand Reinhold.
- Ellis, L. (1990). Left and mixed-handedness and criminality: Explanations for a probable relationship. In S. Coren (Ed.), *Left-handedness: Behavioral implications and anomalies* (pp. 485-505). North Holland: Elsevier Science.
- Englander, E. (1997). *Understanding violence*. Mahweh, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Faulk, M. (1977). Men who assault their wives. In M. Roy (Ed.), *Battered women: A psychosociological study of domestic violence* (pp. 119-126). New York: Nostrand Reinhold.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(2), 379-394.
- Fernandes, J. (2014). *As crenças dos profissionais das forças de segurança sobre a violência doméstica* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viseu, Viseu). Acedida em http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2266/3/PROJETO_8209_FERNANDES.pdf
- Ferreira, R. (2015). *Estudos de Validação do Massachusetts Youth Screening Instrument-2 (MAYSI-2): Relações com a Escala de Impulsividade de Barrat (BIS-11) e o Questionário de Agressividade de Buss e Perry (AQ)* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra). Acedida em <https://core.ac.uk/download/pdf/43588114.pdf>
- Feshbach, S. (1964). The function of aggression and the regulation of aggressive drive. *Psychological Review*, 71(4), 257-272. doi:10.1037/h0043041

- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Evanston: Row & Peterson.
- Festinger, L., Pepitone, A., & Newcomb, T. (1952). Some consequences of deindividuation in a group. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 47, 382-389.
- Fischer, G. (1992). A violência. In G. Fischer (Ed.), *A dinâmica social: Violência, poder, mudança* (pp. 15-85). Lisboa: Planeta Editora, LDA.
- Formiga, N., Cavalcante, C., Araújo, T., Lima, S., & Santana, R. (2007). Comportamento Agressivo e busca de sensação em jovens. *Psicologia Argumento*, 25(50), 289-302.
- Freud, S. (1962). *Ego and the Id*. New York: W.W. Norton & Company.
- Freud, S. (1968). *Pulsions et destins de pulsions*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1989). O mal-estar na civilização. In J. Strachey (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 75-171). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2009). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Garcia-Roza, L. (2000). *Introdução à metapsicologia freudiana* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Ghez, M. (2001). Getting the message out: Using media to change social norms on abuse. In C.M. Renzetti, J. L. Edleson, & R.K. Bergen (Eds.), *Sourcebook on violence against women* (pp. 417-438). Thousands Oaks: Sage.
- Gloria, J., & Ridder, R. (1977). Aggression in a dyadic interaction. *European Journal of Social Psychology*, 7, 189-219.
- Gouldner, A. (1960). The norm of reciprocity: A preliminary statement. *American Sociological Review*, 25, 161-178.
- Gouveia, V., Chaves, C., Peregrino, R., Branco, A., & Gonçalves, M. (2008). Medindo a agressão: O questionário de Buss-Perry. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(3), 92-103.
- Henton, J., Cate, R., Koval, J., Lloyd, S., & Christopher, S. (1983). Romance and violence in dating relationships. *Journal of Family Issues*, 3, 467-482.
- Hotaling, G., & Sugarman, D. (1986). An analysis of risk markers in husband-to-wife violence: The current state of knowledge. *Violence and Victims*, 1(2), 101-124.
- Hsieh, I. & Chen, Y. (2017). Determinants of aggressive behavior: Interactive effects of emotional regulation and inhibitory control. *Plos One*, 12(4), 1-9.
doi:10.1371/journal.pone.0175651
- Kagan, J., & Moss, H. (1962). *Birth to maturity: A study in a psychological development*. New York: Wiley.
- Kandel, E. (1987). *IQ as a protective factor for subjects at high risk for anti-social behavior*. Apresentado na Western Psychological Association Convention, Long Beach, CA.
- Kandel, E., Mednick, S., Sorensen, L., Hutchings, B., Knop, J., Rosenberg, R., & Schulsinger, F. (1988). High IQ as a protective factor for subjects at high risk for anti-social behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 56(2), 224-226.
- Kandel-Englander, E. (1992). Wife-battering and violence outside the family. *Journal of*

- Interpersonal Violence*, 7(4), 462-470.
- Kelman, H. & Lawrence, L. (1972). Assignment of responsibility in the case of Lt. Calley-
Journal of Social Issues, 28(1), 177-212. doi: 10.1111/j.1540-4560.1972.tb00010.x.
- Kirkegaard-Sorenson, L., & Mednick, S. (1977). A prospective study of predictors of
criminality: School behavior. In S. Mednick, & K. Christiansen (Eds.), *Biosocial bases
of criminal behavior* (pp. 255-266). New York: Gardner.
- Knott, P., Lasater, L., & Sherman, R. (1974). Aggression-guilt and conditionability for
aggressiveness. *Journal of Personality*, 42, 332-344.
- Kren, G., & Rappoport, L. (1980). *The holocaust and the crisis of human behavior*. New
York: Homes & Meier.
- Kristensen, C., Lima, J., Ferlin, M., Flores, R., & Hackmann, P. (2003). Fatores etiológicos da
agressão física: Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 175-184.
doi:10.1590/S1413-294X2003000100020
- Lagan, D., & Innes, C. (1986). *Preventing domestic violence against women*. Washington, DC:
U.S. Government Printing Office.
- Lane, K., & Gwartney-Gibbs, P. (1985). Violence in the context of dating and sex. *Journal
Family Issues*, 6, 45-59.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. (1970). *Vocabulário da psicanálise*. Belo Horizonte: Martins Fontes.
- Lion, J. (1977). Clinical aspects of wifebattering. In M. Roy (Ed.), *Battered women:
A psychosociological study of domestic violence* (pp. 126-136). New York: Nostrand
Reinhold.
- Lorenz, K. (2003). *A agressão: Uma história natural do mal*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Luthra, R., & Gidycz, C. (2006). Dating violence among college men and women: Evaluation of
a theoretical model. *Journal Interpersonal Violence*, 21, 717-731.
doi:10.1177/0886260506287312
- Machado, C., & Gonçalves, R. (2003). *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Machado, T., Macieira, I., & Carreiras, M. (2010). Violência nas relações de namoro:
Influência de crenças e áreas de formação. *Psicologia, Educação e Cultura*, 14(2),
355-372.
- Machado, C., Martins, C., & Caridade, S. (2014). Violence in intimate relationships: A
comparison between married and dating couples. *Journal of Criminology*, 2014, 1-9.
doi:10.1155/2014/89709
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). *Escala de Crenças sobre Violência
Conjugal (E.C.V.C.) e Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)* (2ª ed.). Braga:
Psiquilíbrios.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas:
Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Machado, C., Matos, M., Saavedra, R., Cruz, O., Antunes, C., Pereira, M., Rato, A., Pereira,
I., Carvalho, C., & Capitão, L. (2009). Crenças e atitudes dos profissionais face à
violência conjugal: Estudos com profissionais de saúde, polícias e professores. *Acta*

Medica Portuguesa, 22, 735-742.

- Marasca, A., Colossi, P., & Falcke, D. (2013). Violência conjugal e família de origem: Uma revisão sistemática da literatura de 2006 a 2011. *Temas em Psicologia*, 21(1), 221-243. doi:10.9788/TP2013.1-16
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS - Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios.
- Matos, M. (2001). Retratos da violência na conjugalidade. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 11, 99-128.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In R. Gonçalves, & C. Machado (Eds.), *Violência e vítimas de crimes* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, T. & Cláudio, V. (2010, fevereiro). *Crenças acerca da violência doméstica em diferentes classes profissionais ligadas à elaboração e execução da legislação em vigor*. Comunicação apresentada no VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Lisboa.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1), 55-75.
- McKay, M., Perry, J., & Harvey, S. (2016). The factorial validity and reliability of three versions of the Agression Questionnaire using confirmatory factor analysis and exploratory structural equation modelling. *Personality and Individual Differences*, 90, 12-15. doi:10.1016/j.paid.2015.10.028
- Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho*, Minho.
- Merrill, G. S., & Wolfe, V. A. (2000). Battered gay men: An exploration of abuse, help seeking, and why they stay. *Journal of Homosexuality*, 39(2), 1-30.
- Michaud, Y. (1978). *Violence et politique*. Paris: Gallimard.
- Miller, L. (2011). Physical abuse in a college setting: A study of perceptions and participation in abusive dating relationships. *Journal of Family Violence*, 26, 71-80. doi:10.1007/s10896-010-9344-2
- Moss, H., Mezzick, A., Yao, J., Gavalier, J., & Martin, C. (1995). Aggressivity among sons of substance-abusing fathers: Association with psychiatric disorder in the father and son, paternal personality, pubertal development, and socioeconomic status. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 21(2), 195-209.
- Mueller, V., Jouriles, E., McDonald, R., & Rosenfield, D. (2013). Adolescent beliefs about the acceptability of dating violence: Does violent behavior change them? *Journal of Interpersonal Violence*, 28(2), 436-450. doi:10.1177/0886260512454716
- Mwamwenda, T. (1999). Gender differences in attitudes toward wife battering. *Journal of Social Psychology*, 139(6), 790-792.
- Nabi, R., & Horner, J. (2001). Victims with voices: How abused women conceptualize the

- problema of spousal abuse and implications for intervention and prevention. *Journal of Family Violence*, 3, 237-253.
- Nabors, E., Dietz, T., & Jasinski, J. (2006). Domestic violence beliefs and perceptions among college students. *Violence and Victims*, 21(6), 779-795.
- Nafs, A., Usaola, C., Gironés, M., & Redo, L. (2005). La persuasión coercitiva. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria*, 25(95), 85-117.
- Nakano, K. (2001). Psychometric evaluation on the japanese adaptation of the aggression Questionnaire. *Behaviour Research and Therapy*, 39, 853-858.
- O'Leary, K., Barling, J., Arias, I., Rosenbaum, A., Malone, J., & Tyree, A. (1989). Prevalence and stability of physical aggression between spouses: A longitudinal analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 263-268.
- Olweus, D. (1984). Development of stable aggressive reaction patterns in males. In R. Blanchard & D. Blanchard (Eds.), *Advances in the study of aggression* (Vol. 1, pp. 103-137). Orlando: Academic Press.
- Pagelow, M. (1981). *Women Battering: Victims and their experiences*. Beverly Hills, California: Sage.
- Pechorro, P., Barroso, R., Poiares, C., Oliveira, J., & Torrealday, O. (2016). Validation of the Buss-Perry Aggression Questionnaire-Short Form among Portuguese juvenile delinquents. *International Journal of Law and Psychiatry*, 44, 75-80.
- Peralta, M., Pedrero, E., Bravo, L., & Giráldez, S. (2014). Psychometric properties of the AQ Aggression Scale in Chilean students. *Psicothema*, 26(1), 39-46.
doi:10.7334/psicothema2013.84
- Perry, A., & Fromuth, M. (2005). Courtship violence using couple date: Characteristics and perceptions. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1078-1095.
doi:10.1177/0886260505278106
- Pinto, C. (2015). *Validação de um questionário de agressividade numa amostra de jovens adultos Portugueses* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra).
Acedida em
<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31727/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20C%C3%A2ndido%20Pinto.pdf>
- Pryce, E., & Byers, S. (1999). The Attitudes Towards Dating Violence Scales: Development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 14(4), 351-375.
- Ptacek, J. (1988). Why do men batter their wives? In K. Yllo, & M. Bograd (Eds.), *Feminist perspectives on wife abuse* (pp. 181-196). Newbury Park: Sage.
- Ransford, H. (1968). Isolation, powerlessness and violence: A study of attitudes and participation in the Watts riots. *American Journal of Sociology*, 73, 581-591.
- Reyna, C., Ivacevich, M., Sanchez, A., & Brussino, S. (2011). The Buss-Perry Aggression Questionnaire: Construct validity and gender invariance among Argentinean adolescents. *International Journal of Psychological Research*, 4(2), 30-37.
- Ribeiro, M., & Sani, A. (2008). Crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. *Revista*

da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 5, 176-178.

- Richardson, D., & Campbell, J. (1980). Alcohol and wife abuse: The effect of alcohol on attributions of blame for wife abuse. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 6, 51-56.
- Riggs, D. S., & O'Leary, K. D. (1989). A theoretical model of courtship aggression. In M. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in dating relationships: Emerging social issues* (pp. 53-71). Westport: Praeger.
- Rosa, L., & Falcke, D. (2014). Violência conjugal: Compreendendo o fenômeno. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 17-32.
- Saavedra, R., & Machado, C. (2012). Violências nas relações de namoro entre adolescentes: Avaliação do impacto de um programa de sensibilização e informação em contexto escolar. *Análise Psicológica*, 30, 109-130.
- Seligman, M. (1975). *Helplessness*. San Francisco: Freeman.
- Servicio Murciano de Salud. (2010). *Actuación en salud mental con mujeres maltratadas por su pareja*. Murcia: Autor.
- Shainess, N. (1977). Psychological aspects of wifebattering. In M. Roy (Ed.), *Battered women: A psychosociological study of domestic violence* (pp. 111-119). New York: Nostrand Reinhold.
- Sherif, M., & Sherif, C. (1953). *Groups in harmony and tension*. New York: Harper & Row.
- Simões, A. (1993). São os homens mais agressivos que as mulheres? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 27(3), 387-404.
- Simon, T., Anderson, M., Thompson, M., Crosby, A., Shelley, G., & Sacks, J. (2001). Attitudinal acceptance of intimate partner violence among U.S. adults. *Violence and Victims*, 16(2), 115-126.
- Stets, J., & Straus, M. (1990a). Gender differences in reporting marital violence and its medical and psychological consequences. In M. Straus, & R. Gelles Eds.), *Physical violence in American families* (pp. 151-166). New Brunswick: Transaction.
- Stets, J., & Straus, M. (1990b). The marriage licence as a hitting license: A comparison of assaults in dating, cohabiting and married couples. In M. Straus, & R. Gelles (Eds.), *Physical violence in American families* (pp. 227-241). New Brunswick: Transaction.
- Stith, S., & Farley, S. (1993). A predictive model of spousal violence. *Journal of Family Violence*, 2, 183-199.
- Stith, S., & McCollum, E. (2011). Conjoint treatment of couples who have experienced intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 16, 312-318.
- Straus, M. (1977-78). Wife beating: How common and why? *Victimology: An International Journal*, 2, 443-458.
- Straus, M. (1980a). Wife beating: How common and why? In M. Hotaling (Ed.), *The social causes of husband-wife violence* (pp. 23-38). Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press.
- Straus, M. (1980b). A sociological perspective on the causes of family violence. In M. Green

- (Ed.), *Violence in the family* (pp. 7-31). Boulder, Colorado: Westview Press.
- Straus, M. (1980c). Social stress and marital violence in a national sample of American families. In F. Wright et al. (Eds.), *Forensic psychology and psychiatry* (pp. 229-250). New York: Annals of the New York Academy of Sciences.
- Straus, M. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence Against Women, 10*(1), 790-811.
- Straus, M., Gelles, R., & Steinmetz, S. (1980). *Behind closed doors: Violence in the American family*. New York: Doubleday.
- Straus, M., & Gelles, R. (1986). Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys. *Journal of Marriage and the Family, 48*, 465-479.
- Straus, M., & Gelles, R. (1990). *Physical violence in American families*. New Brunswick: Transaction.
- Sugarman, D., & Frankel, S. (1996). Patriarchal ideology and wife assault: A meta-analytic review. *Journal of Family Violence, 11*, 13-35.
- Sun, I. (2007). Policing domestic violence: Does officer gender matter? *Journal of Criminal Justice, 35*, 581-595.
- Tedeschi, J., & Felson, R. (1994). *Violence, aggression, and coercive actions*. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Teixeira, A. (2015). *Violência física no namoro em jovens universitários* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- Tilov, B., Semerdzhieva, M., Bakova, D., Tornyoova, B., & Stoyanov, D. (2016) Study of the relationship between aggression and chronic diseases (diabetes and hypertension). *Journal of Evaluation in Clinical Practice, 22*, 421-424,
- Ventura, M. (2014). *Violência no namoro: Crenças e autoconceitos nas relações sociais de género. Modelo de intervenção em enfermagem* (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, Porto). Acedida em <https://repositorio-berto.up.pt/bitstream/10216/78362/2/34304.pdf>
- Ventura, M., Frederico-Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: Crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência, 11*, 95-103.
- Vieira, A., & Soeiro, C. (2002). Agressividade e psicopatia. *Temas Penitenciários, 2*(8), 25-35.
- Wall, C., Anderson, C., & Bushman, B. (2012). Aggression. In H. Tennen, J. Suls, & I. Weiner (Eds.), *Handbook of psychology* (pp. 449-466). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Walker, L. (1979). *The battered women*. New York: Harper Colophon.
- Walster, E., Walster, G., & Berscheid, E. (1978). *Equity: Theory and research*. Boston: Allyn and Bacon.
- Wareham, J., Boots, D., & Chavez, J. (2009). A test of social learning and intergenerational

- transmission among batterers. *Journal of Criminal Justice*, 37, 163-173.
doi:10.1016/j.jcrimjus.2009.02.011
- Weil, J., & Lee, H. (2004). Cultural considerations in understanding family violence among Asian American Pacific islander families. *Journal of Community Health Nursing*, 21(4), 217-227. doi:10.1207s15327655jchn2104_2
- Weiss, G. (1990). Hyperactivity in childhood. *The New England Journal of Medicine*, 323(20), 1413-1415.
- Wesley, J. (1994). Effects of ability, high school achievement, and procrastinatory behavior on college performance. *Educational and Psychological Measurement*, 54(2), 404-409.
- White, R. (1977). Misperceptions in the Arab-Israeli conflict. *Journal of Social Issues*, 33(1), 190-221.
- Wiehe, V. (1998). *Understanding family violence: Treating and preventing partner, child, sibling and elder abuse*. London: Sage.
- World Health Organization (novembro de 2017). Violence against women. Acedido em <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>
- Wiggins, J. (1983). Family violence as a case of interpersonal aggression: A situational analysis. *Social Forces*, 62, 102-123.
- Wolfgang, M. (1958). *Patterns in criminal homicide*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Worden, A., & Carlson, B. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(10), 1219-1243.
doi:10.1177/0886260505278531
- Zillmann, D., Johnson, R., & Day, K. (1974). Attribution of apparent arousal and proficiency of recovery from sympathetic activation affecting activation transfer to aggressive behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 503-515.
- Zlotnick, C., Johnson, D., & Kohn, R. (2006). Intimate partner violence and long-term psychosocial functioning in a national sample of American women. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(2), 262-275. doi:10.1177/0886260505282564

Anexos

Anexo 1 - Consentimento informado

Projeto VIOLÊNCIA 360°

Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

- . Ana Isabel Cunha | Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia e Educação | UBI | acunha@ubi.pt
- . Manuel Loureiro | Professor Catedrático do Departamento de Psicologia e Educação | UBI | loureiro@ubi.pt
- . Marta Pereira Alves | Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia e Educação | UBI | mpalves@ubi.pt
- . Paula Saraiva Carvalho | Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia e Educação | UBI | psc@ubi.pt
- . Alunos/as de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde | UBI (Colaboradores)

PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO

A presente investigação tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de conhecimento científico que permita a compreensão e descrição do fenómeno da violência nas relações íntimas, suas causas e consequências.

Para tal, é importante conhecer a opinião dos jovens adultos relativamente a um conjunto de questões, pelo que solicitamos a sua colaboração no preenchimento dos questionários que se seguem. Alguns são mais dirigidos a questões relativas a vivências de violência e outras relativas à saúde e capacidades individuais. Não há respostas certas ou erradas, o importante é conhecer a sua opinião.

Os questionários serão identificados por um código e os dados serão tratados apenas coletivamente, de forma a garantir, em todos os momentos, o anonimato dos participantes. Por favor, certifique-se que não deixou nenhuma resposta em branco.

Estamos ao dispor para qualquer esclarecimento adicional sobre esta investigação.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Declaração de consentimento informado

Declaro que tomei conhecimento e fui devidamente esclarecido/a quanto aos objetivos e procedimentos da investigação a realizar. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que, de forma voluntária, forneço, confiando nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são asseguradas pela equipa de investigação, bem como na informação de que não serão tratados de forma individual e de que apenas serão utilizados para fins de investigação.

Confirmo

_____, _____ de _____ 2018

Anexo 2 - Questionário sociodemográfico

Por fim, pedimos-lhe que complete os seguintes dados:

1.	Idade: _____
2.	Sexo: <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> feminino
3.	Nacionalidade: <input type="checkbox"/> portuguesa <input type="checkbox"/> outra: _____
4.	Curso que frequenta: _____ Ano do curso que frequenta: <input type="checkbox"/> 1º ano – 1º ciclo/licenciatura <input type="checkbox"/> 1º ano – 2º ciclo/mestrado <input type="checkbox"/> 2º ano – 1º ciclo/licenciatura <input type="checkbox"/> 2º ano – 2º ciclo/mestrado <input type="checkbox"/> 3º ano – 2º ciclo/licenciatura
5.	Local de residência (concelho) : _____
6.	Já alguma vez fez voluntariado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, há quanto tempo faz voluntariado? ____ anos ____ meses
7.	Quantos dias estima que já despendeu em atividades de voluntariado ao longo da sua vida? <input type="checkbox"/> < 8 dias <input type="checkbox"/> 8 a 30 dias <input type="checkbox"/> 30 a 60 dias <input type="checkbox"/> 60 a 90 dias <input type="checkbox"/> 90 a 120 dias <input type="checkbox"/> Mais de 120 dias
8.	Em que áreas realiza ou realizou voluntariado? <input type="checkbox"/> Ação Social <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Defesa do Património <input type="checkbox"/> Infância/Juventude <input type="checkbox"/> Ambiente/Animais <input type="checkbox"/> Desporto <input type="checkbox"/> Deficiência <input type="checkbox"/> Sem abrigo <input type="checkbox"/> Minorias étnicas/Imigração <input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Formação <input type="checkbox"/> Toxicodependência <input type="checkbox"/> Idosos <input type="checkbox"/> Outra: _____
9.	Há quanto tempo foi a sua última experiência de voluntariado? _____
10.	Encontra-se atualmente a fazer voluntariado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
11.	Qual a periodicidade com que realiza/realizou as atividades de voluntariado? <input type="checkbox"/> Diariamente <input type="checkbox"/> Semanalmente <input type="checkbox"/> Mensalmente <input type="checkbox"/> Pontualmente
12.	Considera ter muitos custos pessoais em consequência da sua participação em atividades de voluntariado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

13. Grau de escolaridade da mãe:
 até ao 4ºano 9º ano 12ºano licenciatura mestrado doutoramento
 - Profissão da mãe: _____
 Grau de escolaridade do pai:
 até ao 4ºano 9º ano 12ºano licenciatura mestrado doutoramento
 - Profissão do pai: _____

14. Com quem vive habitualmente?
 mãe pai irmãos (nº ___) outros (quem? _____)

15. Com quem vive durante o período escolar?
 mãe pai irmãos (nº ___) outros (quem? _____)

16. Tem filhos? não sim (nº de filhos ___ idades ___; ___; ___; ___)

17. Os seus pais neste momento estão:
 casados (há quanto tempo? ___ ano(s) e ___ mês(es))
 viver juntos/união de facto (há quanto tempo? ___ ano(s) e ___ mês(es))
 separados / divorciados (há quanto tempo? ___ ano(s) e ___ mês(es))
 Outra situação: _____ (há quanto tempo? ___ ano(s) e ___ mês(es))

18. No caso dos seus pais estarem separados/divorciados:
 - Quanto tempo viveram juntos/casados? ___ ano(s) e ___ mês(es)
 - Que idade tinha quando os seus pais se separaram? _____
 - Com quem ficou a viver? mãe pai outros (quem? _____)
 - Os pais voltaram a casar?
 não sim - Quem? mãe - há quanto tempo? ___ ano(s) e ___ mês(es)
 pai - há quanto tempo? ___ ano(s) e ___ mês(es)

19. Tem neste momento um relacionamento íntimo? sim não

20. Se respondeu **sim** à questão anterior:
 - Indique a natureza dessa relação:
 sem compromisso namoro sem viverem juntos namoro a viver juntos casamento
 - Há quanto tempo mantém essa relação: ___ ano(s) e ___ mês(es)

14. Se respondeu que **não** tem um relacionamento íntimo neste momento:
 - Há quanto tempo terminou o último relacionamento íntimo que teve? ___ ano(s) e ___ mês(es)
 - E qual foi a duração desse relacionamento? ___ ano(s) e ___ mês(es)

15. Qual a sua orientação sexual? heterossexual homossexual outra: _____

16. Tem algum tipo de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico?
 não sim - Há quanto tempo? _____ Indique o motivo: _____

DATA: ___ / ___ / _____

Muito obrigado pela sua colaboração!